

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GABRIELA ALVES CARVALHO**

**CARANDIRU: A AUSÊNCIA COMO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UM  
ESPAÇO PÚBLICO EM SÃO PAULO**

**GUARULHOS**

**2022**

**GABRIELA ALVES CARVALHO**

**CARANDIRU: A AUSÊNCIA COMO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UM  
ESPAÇO PÚBLICO EM SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso exigido como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências

Sociais na Universidade Federal de São Paulo

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa

**GUARULHOS**

**2022**

CARVALHO, Gabriela Alves.

Título: Carandiru: a ausência como política na construção de um espaço público em São Paulo / Gabriela Alves Carvalho - 2022. - 82f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais). - Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Orientadora: Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa

Título em inglês: Carandiru: absence as a policy in the construction of a public space in São Paulo.

1. Carandiru. 2. Parque da Juventude. 3. Memória. I. Barbosa, Andrea. II. Carandiru: a ausência como política na construção de um espaço público em São Paulo.

**GABRIELA ALVES CARVALHO**

**CARANDIRU: A AUSÊNCIA COMO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UM  
ESPAÇO PÚBLICO EM SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso exigido como requisito  
parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências  
Sociais na Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: Antropologia  
Orientadora: Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de 2022

---

Profa. Dra: Andrea Claudia Miguel Marques Barbosa  
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

---

Profº. Dr. Henrique Zoqui Martins Parra  
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo



Esta pesquisa é dedicada às 111 vítimas do Massacre do Carandiru,  
nominalmente:

Edvaldo Joaquim de Almeida

José Pereira da Silva

Douglas Alva Edson de Brito

José Martins Vieira Rodrigues

Marcelo Ramos

Luis Cesar Leite

Valmir Marques dos Santos

Stefano Ward da Silva Prudente

José Océlio Alves Rodrigues

Elias Oliveira Costa

Paulo Antonio Ramos

Nivaldo Aparecido Marques

Geraldo Messias da Silva

José Jaime Costa da Silva

Mário Gonçalves da Silva

João Gonçalves da Silva

Cláudio José de Carvalho

Geraldo Martins Pereira

Francisco Ferreira dos Santos

Reginaldo Ferreira Martins

Jose Jorge Vicente

Roberto Aparecido Nogueira

Ocenir Paulo de Lima

Paulo Roberto Rodrigues de Oliveira

Agnaldo Moreira

José Alberto Gomes Pessoa

Grinário Valério de Albuquerque

Ronaldo Aparecido Gasparino

Maurício Calio

José Carlos Clementino da Silva

Carlos Almirante Borges da Silva

Sandro Roberto Bispo de Oliveira

Jesuíno Campos

Nivaldo de Jesus Santos

Jodilson Ferreira dos Santos

Erisvaldo Silva Ribeiro

Adão Luiz Ferreira de Aquino

Daniel Roque Pires

Samuel Teixeira de Queiroz

Francisco Antonio dos Santos

Vanildo Luiz

Cosmo Alberto dos Santos

Elias Palmijiano

Mamede da Silva

Olívio Antonio Luiz Filho

Adelson Pereira de Araújo

Marcelo Couto

José Carlos da Silva

José Carlos Inajosa

Luiz Carlos Lins Guerra

Edson Luiz de Carvalho

José Cícero Silva

João dos Santos

Jarbas da Silveira Rosa

Adalberto Oliveira dos Santos

Alexander Nunes Machado da Silva

José Marcolino Monteiro

Walter Antunes Pereira

Jovemar Paulo Alves Ribeiro

Waldemir Bernardo da Silva

Rogério Presaniuk

Antonio Alves dos Santos

Vivaldo Virgolino dos Santos

Claudemir Marques

Francisco Rodrigues Filho  
José Cícero Angelo dos Santos  
Gabriel Cardoso Clemente  
Edilson Alves da Silva  
João Carlos Rodrigues Vasques  
Roberto Rodrigues Teodoro  
Nivaldo Barreto Pinto  
Sergio Angelo Bonani  
Roberto Alves Vieira  
Sandoval Batista da Silva  
Mauro Batista Silva  
Valter Gonçalves Caetano  
Marcos Antonio Avelino Ramos  
Carlos Antonio Silvano dos Santos  
Reginaldo Judici da Silva  
Jorge Sakai  
Oswaldo Moreira Flores  
Emerson Marcelo de Pontes  
Paulo Roberto da Luz  
Antonio da Silva Souza  
Josanias Ferreira de Lima  
Alex Rogério de Araújo

Mário Felipe dos Santos

Almir Jean Soares

Antonio Quirino da Silva

José Domingues Duarte

Carlos de César de Souza

Marcos Sérgio Lino de Souza

Luis Enrique Martin

Paulo Rogério Luiz de Oliveira

Antonio Luiz Pereira

Paulo César Moreira

Dimas Geraldo dos Santos

Ailton Júlio de Oliveira

Robério Azevedo Silva

Marcos Rodrigues Melo

Valdemir Pereira da Silva

José Elias Miranda da Silva

Juarez dos Santos

Paulo Reis Antunes

José Bento da Silva Neto

José Ronaldo Vilela da Silva

Luiz Granja da Silva Neto

Lucas de Almeida

Antonio Marcio dos Santos Fraga

Rogério Piassa

Claudio do Nascimento da Silva

*(in memoriam)*

E às demais vítimas não declaradas oficialmente.

*“Lembrar para que não se esqueça,*

*para que nunca mais aconteça”*

*(ditado popular)*

## **Agradecimentos**

A todos(as) aqueles(as) que lutam e lutaram para que massacres como o do Carandiru não sejam esquecidos e para que não se repitam, por me mostrarem a importância do lembrar em um país afeito ao esquecimento.

À minha família, na forma de minha mãe Fátima, meu pai Reginaldo, minha irmã Bruna, meu irmão Raul e meu sobrinho João, por todo carinho e incentivo em cada momento. Em especial à minha mãe Fátima, a quem eu devo o amor pelas palavras, a paixão pelo conhecimento e a abertura dos caminhos, por me lembrar que nossos passos vêm de longe e por não me deixar esmorecer.

À Andrea Barbosa, por ter topado me acompanhar nessa empreitada desde o início, tendo me ajudado, com sua generosidade e sabedoria, a tornar essa experiência de pesquisa em uma das experiências de maior aprendizado para mim até aqui.

À Maria Fernanda Assis, por todo amor, carinho e cuidado. Por ter estado ao meu lado ao longo de todo o processo de pesquisa, do campo à escrita, me auxiliando com suas preciosas sugestões e comentários e me incentivando dia após dia.

Aos queridos amigos Jerê Nunes e Thais Alves, por me introduzirem ao mundo das imagens e por terem gentilmente cedido uma de suas câmeras fotográficas e a sua ilha de edição para que eu pudesse produzir o ensaio visual que compõe parte desse trabalho.

À Linderlane Pereira, pela parceria de quase uma década, por dividir comigo tantos aprendizados e por me apoiar em minha trajetória acadêmica desde o princípio.

Aos queridos amigos de graduação: Dennise Brito, Gabriel Dominguez, Sabrina Tavares, Lara Freitas, Igor Sganzerla, Bia Doxum, Danielle Lourenço e Talita Rodrigues. Sem vocês eu não teria conseguido atravessar os momentos mais duros dessa longa caminhada.

Aos companheiros do Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB), por terem ressignificado a experiência do enxergar e por transformarem a minha relação com as imagens em algo muito mais potente.

A todos(as) os(as) professores(as) que marcaram minha trajetória e me inspiraram, por terem me ensinado que a verdadeira potência do saber reside no compartilhar, especialmente aos queridos(as): Rita de Cássia, Thiago Moreira, Renato Teixeira, Lilian Carmona, Joana Barros, Gustavo Prieto, Mariângela Graciano, Marina Mello, Marcos Rufino e Henrique Parra.

Aos psicanalistas da Clínica Pública de Psicanálise e do projeto Margens Clínicas, por terem me oferecido escuta e acolhimento em momentos tão difíceis, em especial aos querido(as): Flávio Bacellar, Daniel Guimarães, Anna Turriani e Rafael Alves Lima.

Por fim, à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por terem proporcionado o apoio institucional sem o qual seria impossível realizar essa pesquisa.



## **Resumo**

Entre os anos de 2002 e 2005, o Complexo Penitenciário do Carandiru passou por um processo de desativação que terminou com a maioria de seus pavilhões implodidos. No mesmo terreno, a partir de 2003, iniciou-se a construção do Parque da Juventude, quando o espaço passou a ser reconfigurado e a sofrer mudanças radicais em sua paisagem. É a partir desse processo de reconfiguração, de substituição de uma composição espacial por outra completamente avessa, que esta pesquisa pretende discutir a relação que hoje se estabelece entre o espaço e as pessoas que por ele transitam, se amparando na etnografia como metodologia e na produção de imagens como um movimento epistemológico para se pensar essas múltiplas temporalidades. Assim, o que essa pesquisa se propõe a analisar é, sob uma perspectiva antropológica, os arranjos e rearranjos da memória no contexto de apagamento do Carandiru.

**Palavras-chave:** carandiru, parque da juventude, memória, apagamento, imagem

## **Abstract**

Between years 2002 and 2005, the Carandiru's Penitentiary Complex passed through a deactivation process which led to an explosion of most of its pavilions. On the same ground, the construction of the Parque da Juventude ("Youth's Park") began in 2003. This space has been since then reconfigured, experiencing radical landscape changes. It is about this reconfiguration process, the substitution of one spatial composition to a completely opposite one, that this research intends to discuss the relations nowadays established between the territory and its frequenters, relying on ethnography and the production of images as methodological resources. Being so, this study has as an objective to analyse, under anthropological bias, the arrangements and rearrangements of memory in the context of Carandiru's erasure.

**Keywords:** carandiru, youth park (parque da juventude), memory, erasement, image

## Sumário

Introdução.....	16
1. Carandiru e os espaços fraturados da memória.....	21
1.1. Memória: terreno de disputas.....	24
1.2. Breve narrativa sobre o esquecimento.....	29
1.3. Da ocultação ao despistamento.....	34
2. O corpo, o espaço e o lembrar: as experiências vividas por negros e brancos....	48
2.1. Deixar viver ou fazer morrer? Prolongamentos de uma sentença.....	51
2.2. Da resistência às novas formas de imaginação política.....	61
3. Ensaio Visual.....	69
Conclusão.....	78
Referências Bibliográficas.....	80

## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2002 e 2005, o Complexo Penitenciário do Carandiru, localizado no distrito de Santana, na zona norte da cidade de São Paulo, passou por um processo de desativação que terminou com a maioria de seus pavilhões implodidos. Palco de um dos maiores massacres prisionais da história mundial – onde, em 2 de outubro de 1992, aproximadamente 111 presos foram executados de forma sumária pela Polícia Militar do Estado de São Paulo – o Complexo Penitenciário, formado a partir da junção da Penitenciária do Estado e da Casa de Detenção de São Paulo, abrigou por décadas a fio um número excedente de encarcerados em condições abjetas de vida. Figurando, durante longo período de tempo, como o maior presídio da América Latina, o Carandiru viu passar por seus pátios e celas milhares de homens e suas histórias, histórias essas que, junto dos pavilhões implodidos, se tornaram escombros.

No mesmo terreno, no ano de 2003, deu-se início à construção do Parque da Juventude, processo que teve seu início ainda no ano de 1999 com a abertura de um concurso de projetos promovido pelo Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de requalificar<sup>1</sup> a área. O Carandiru então cedeu lugar para a implantação de uma grande área verde, um polo esportivo, uma biblioteca e duas Escolas Técnicas Estaduais, tendo a área verde e o polo esportivo sido inaugurados ainda em 2003 e as demais edificações entre 2004 e 2007. Aquele espaço, a partir daí, se modificou radicalmente, sua composição foi completamente reconfigurada e seus contornos, dos imediatos aos mais profundos, foram redesenhados. O complexo penitenciário deu lugar a um centro de lazer, cultura e esportes, fruto de uma demanda da esfera privada em consonância com a expansão do setor terciário destinado à classe média (ZANETTI, 2005). Zanetti (2005) nos ajuda a compreender o contexto em que se operou a transformação daquele espaço:

---

<sup>1</sup>No Brasil, projetos de requalificação de áreas urbanas têm sido empreendidos, sobretudo a partir da década de 1980, com o objetivo de “acelerar as transformações urbanas e a reinserção de áreas [consideradas] degradadas para melhorar a imagem das grandes cidades [...]” (ZANETTI, 2005, p. 11).

Essa retratação do setor público, nos anos 80 e 90, fortaleceu a atuação fragmentada e descoordenada, preferencialmente em monumentos isolados que eram transformados em centros culturais. Atuação essa que tinha forte repercussão na mídia e era bem recebida pela opinião pública, significando uma ampliação dos equipamentos culturais na metrópole terciária em expansão. (ZANETTI, 2005, p. 14)

Apenas recentemente o processo de transformação desse espaço e a drástica mudança empreendida em sua composição passaram a figurar como um objeto de interesse para mim. Mesmo tendo cursado o técnico em museologia na ETEC Parque da Juventude entre os anos de 2014 e 2015, na época não cheguei a me dar conta de que estava diante de um espaço reconfigurado, tampouco pude perceber que havia ali uma sobreposição de temporalidades. Questionar os caminhos que guiam a estruturação dos espaços dessa ou daquela maneira talvez tenha sido um dos primeiros passos que me guiaram, após o meu ingresso na universidade, no ano de 2016, a empreender um esforço de olhar mais atento, a lançar sobre a cidade e seu modo particular de organização um olhar mais crítico e demorado.

Para perceber a cidade junto de seus movimentos, para além da realidade imediata, dos deslocamentos, do usufruto e da ocupação dos espaços, é preciso investir nos questionamentos a respeito daquilo que não se vê, do que está encoberto, do porquê desapareceu ou do porquê foi escondido (MORAIS e CAVALCANTI, 2011). Trata-se de referenciar e dotar de significado o mundo material e seus elementos, o que inclui compreender os processos de construção e, principalmente, de desconstrução da cidade. Nesse sentido, entender que tipo de lógica privilegia ou elimina determinadas composições espaciais leva à uma necessidade quase latente de reclame por memória. É o apagamento como política pública e a memória como lócus de resistência.

Uma vez que todas as dimensões da vida estão submetidas, de uma forma ou de outra, ao modo de produção capitalista, conceber a cidade de forma neutra na sua cotidianidade parece um equívoco de perspectiva. Os espaços, produzidos histórica e socialmente, refletem os parâmetros de dominação dos grandes capitais, reafirmam a estruturação seletiva dos ambientes, apontam para as contradições de

um sistema desigual. Não há brecha para se pensar a cidade e suas lacunas de forma ingênua. Todo muro, toda ponte, toda pedra erguida e todo tijolo assentado, a cada reconfiguração dos espaços, revelam a lógica pela qual os caminhos da cidade são trilhados. O mesmo vale para aquilo que foi ocultado, para aquilo que deixou de existir. O visível e o invisível operam juntos, constituem e articulam o mesmo campo, encenam o mesmo jogo.

E é esse jogo, hoje percebo, que se coloca em questão nesse espaço. Nele estão incrustadas imagens e a partir delas memórias estão sendo forjadas, ou como definiria Barbosa (2012), “canibalizadas”, envolvidas em um movimento circular que não nos permite perceber “onde [a imagem] começa e onde [a memória] se finda, qual é a fonte e quem dela se alimenta” (BARBOSA, 2012a, p. 381). As composições espaciais, por sua vez, a partir das escolhas tácitas que orientam seus desenhos, fornecem também um conjunto de estruturas imagéticas responsáveis por construir representações. Nesse sentido, imagens e memória se configuram enquanto elementos a serem disputados, uma vez que os espaços não as mobilizam de forma neutra. Sendo a memória coletiva fruto de uma narrativa habitada por imagens, a questão que se coloca é: que narrativas estão sendo privilegiadas?

Encarar tal questão implica, em primeiro plano, que identifiquemos de que memória estamos a falar. Ecléa Bosi (1987) nos auxilia nesta empreitada ao apontar para a relação, percebida por Bergson, entre os processos que levam à ação e os processos que levam à percepção, onde ambos dependem de forma decisiva de um esquema corporal inscrito no momento imediato, que se alimenta e realimenta desse presente a partir das relações travadas entre o corpo e o ambiente vivido. Desse modo, podemos inferir uma clara relação entre o conjunto de representações construído e o espaço habitado, onde uma relação dialética parece se estabelecer entre o “fluxo de lembranças produzidas” (BARBOSA, 2014) e os espaços da cidade por onde transitam os sujeitos.

Bosi (1987) ainda nos permite compreender uma dimensão social da memória, incorporando algumas das contribuições de Halbwachs e Bartlett. Nos diz ela: “A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória” (1987, p.

17). Em face disso, podemos nos perguntar: no que resultaria a implosão do Complexo Penitenciário do Carandiru? Seria a mitigação de memórias possíveis? Os processos de reconfiguração espacial – aqui o complexo prisional transformado em parque – parecem mesmo colocar a memória num status de disputa.

Quanto às narrativas que se constroem em torno dos espaços, algo mais revelador aparenta despontar de nosso inconsciente – instância que tanto supomos privada. Se debruçando sobre os escritos de Bartlett, nos diz Bosi (1987, p. 25): “A matéria-prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado”. O que antes era o Carandiru, hoje é um imenso parque. O que antes abrigava a morte, o sofrimento e a agonia, hoje são quadras e pistas, o verde e o lazer. Que narrativas seriam essas então, forjadas no bojo de recordações conduzidas pelo interesse de determinados grupos? Se é verdade que há um teor ideológico em nossas lembranças, orientadas e estilizadas por um ponto de vista dominante, é também verdade que a implosão daquele complexo traz consigo uma finalidade, a da escolha (política) pela ausência.

Há uma relação de complementaridade entre essas duas inferências assinaladas. Temos um espaço modificado e, com ele, a possibilidade de que as recordações afloradas sejam orientadas por um ponto de vista dominante. Temos uma composição espacial anterior, agora desfeita, e uma história-narrativa que a cerca, agora encoberta. Temos, assim, a criação de uma lacuna socioespacial, de um vácuo material e simbólico. É essa lacuna, esse vácuo, que figura aqui como objeto de análise. É o Carandiru que, hoje constituído enquanto ausência, se apresenta aqui como caso a ser estudado, e são as memórias produzidas naquele espaço transfigurado, bem como as tensões e disputas travadas em seu entorno, que vem a constituir ponto central da análise a ser empreendida.

A memória é, antes de tudo, um elemento base para o desenvolvimento dos processos de apropriação, identificação e enraizamento por parte de indivíduos e

grupos sociais, sem os quais qualquer “âncora valorativa”<sup>2</sup> se torna rarefeita. A(s) memória(s) que se disputa(m) em torno dos espaços não só dizem sobre os sujeitos individualmente, mas também sobre a coletividade da qual fazem parte, nos revelam a conexão entre o micro e o macro, entre a realidade imediata e os processos mais estruturais que arranjam as cidades dessa ou daquela maneira. É em face disso que devemos nos perguntar: o que aquele espaço nos sugere hoje? O lugar do lazer e do descanso ou o lugar do confinamento e da violência extrema? Ambas as coisas? Nenhuma delas? Em nossas memórias ainda habita o horror da violência praticada pelo Estado e os desdobramentos funestos do encarceramento em massa ou nos parece que a cidade de hoje já se encontra diante da redenção em meio ao verde dos parques?

É a fim de pensar a disputa dessas memórias e dessas representações, a fim de pensar o processo de ressignificação desse espaço e dos acontecimentos ali impressos, que esta pesquisa pretende construir caminho na direção de uma análise em torno da(s) memória(s) que hoje habitam aquele local, das percepções que hoje ali se fazem presentes e possíveis. Afinal, sobre a memória nos diz Bosi:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1988, p. 9)

Por sua vez, os caminhos metodológicos que guiam a construção dessa análise partem de um processo de pesquisa empreendido a partir de uma etnografia<sup>3</sup> realizada no Parque da Juventude. Nesse processo busquei conhecer e analisar “o fluxo do discurso social” (GEERTZ, 1989, p. 15) ali em circulação, na tentativa de “salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em

---

<sup>2</sup>Expressão utilizada por Silvio Almeida durante entrevista cedida à TV Boitempo, em vídeo intitulado “Racismo e Crise | Silvio Almeida”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iJDljVTIn8s>> Acesso em Janeiro, 2022. Expressão aqui incorporada com as devidas adaptações ao contexto.

<sup>3</sup>Ao longo dos seis meses no qual frequentei intensivamente o parque, entre os meses de janeiro e junho de 2019, mantive contato com dezenas de frequentadores – assíduos e esporádicos, jovens e adultos, funcionários e passantes – e nesses encontros fortuitos compartilhávamos nossas lembranças e impressões sobre o lugar. Foi com esses frequentadores que abri um canal de interação, mesmo que em encontros breves, e são eles que aqui nomino como interlocutores.



formas pesquisáveis” (IBIDEM, p. 15). Assim, ao se observar e interpretar a teia de significados produzidos a partir da relação estabelecida entre os frequentadores e o espaço reconfigurado, procurou-se compreender a dinâmica desse processo de transformação espacial enquanto dinâmica de produção de sentido(s).

Ainda, como forma de tensionar esses novos usos e percepções sobre o espaço, de inseri-los em um diálogo entre o visível e o invisível, ou como Lefebvre (2001, p. 61) colocaria, entre o texto e o contexto urbano – entre aquilo que se vê e se diz e “aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 61), entre aquilo que se apresenta e “aquilo que se esconde nos espaços habitados [...]” (IBIDEM, 61) – procurei empreender um segundo movimento ao produzir novas imagens sobre o local, articulando múltiplas temporalidades em um exercício de sobreposição imagética. O resultado desse empreendimento são fotomontagens que unem, em um mesmo quadro, o passado e o presente daquele espaço, empreendimento que permitiu não só criar algumas ranhuras sobre o texto urbano e sugerir assim outras possibilidades de visualização e leitura daquilo que se apresenta ali como a realidade imediata, como também mobilizar as imagens “como expressão de um processo de pesquisa” (BARBOSA e CUNHA, 2006, p. 25).

## **1 CARANDIRU E OS ESPAÇOS FRATURADOS DA MEMÓRIA**

A Penitenciária do Estado foi inaugurada em 21 de abril de 1920. Localizada na zona norte da cidade de São Paulo, no distrito de Santana, a penitenciária teve sua construção executada pelo Escritório Técnico do engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo. Com capacidade máxima para 1200 detentos, o presídio chegou a superlotação já na década de 1940 e, a partir daí, muitas foram as especulações em torno da necessidade de se ampliar a área construída. Foi então que, em 1956, o então governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, deu ordens para que se construísse a Casa de Detenção de São Paulo, elevando a capacidade do presídio para mais de 3000 detentos. Em 1983, passou também a operar no terreno o Centro

de Observação Criminológica. A soma de todos esses edifícios formava o Complexo Penitenciário do Carandiru.

Conhecido popularmente apenas como Carandiru, o presídio teve sua história marcada por episódios sistemáticos de violações aos direitos humanos, além de ter se notabilizado por suas condições estruturais precárias e por ter abrigado uma das maiores populações carcerárias do país até então. Na tarde do dia 2 de outubro de 1992, o presídio foi palco do maior massacre prisional da história brasileira, quando a Polícia Militar do Estado de São Paulo, sob comando do coronel Ubiratan Guimarães, recrutou a Tropa de Choque para a invasão do pavilhão 9 da Casa de Detenção, operação que resultou na sumária execução de 111 detentos – embora organizações de direitos humanos e relatos de sobreviventes apontem para um número de mortos de três a cinco vezes maior. O exame de levantamento pericial feito após o massacre concluiu que:

[...] A trajetória dos projéteis indicou atirador(es) posicionados(s) na soleira da respectiva porta, apontando sua arma para os fundos ou laterais e que não se observou quaisquer vestígios que pudessem denotar disparos de arma de fogo realizados em sentidos opostos aos descritos, indicando confronto entre as vítimas-alvo e os atiradores postados na parte anterior da cela. O laudo conclui, por fim, que o início da operação da polícia militar foi marcado por tumulto generalizado, com a carceragem central em chamas e que pode-se inferir que o propósito principal da operação policial militar foi o de conduzir parte dos detentos à incapacitação imediata [...]. (MACHADO *et al.* 2015, p. 51)

Ao desmantelar a hipótese de confronto entre presos e policiais, o levantamento pericial atesta o que foi uma ação de extrema violência, praticada de forma inescrupulosa e sem possibilitar qualquer chance de reação por parte dos presos. Apesar do conteúdo apresentado por esses laudos, o julgamento do massacre só foi concluído em 2014, 22 anos depois, sem a responsabilização de nenhuma autoridade e com a condenação de apenas uma parte dos policiais. Ao todo, 300 PMs participaram da invasão, mas apenas 74 deles foram condenados, sem que chegassem a cumprir a pena de fato. Em 2018, o julgamento do massacre foi anulado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Após o massacre, o Complexo Penitenciário do Carandiru continuou a operar normalmente, com os presos cumprindo suas longas penas em privação de liberdade, com a violência diária (contra os presos e entre os presos) permanecendo como um traço do cotidiano prisional, com as péssimas condições de estrutura, saúde, higiene e alimentação, além da superlotação. Por mais dez anos a Casa de Detenção seguiu abrigando um número excedente de homens, chegando à marca de 7000 encarcerados.

O projeto de desativação do Complexo Penitenciário do Carandiru foi conduzido pelo Governo de Mário Covas, em 1996. Embora a Secretaria de Administração Penitenciária tenha realizado um concurso público com vistas à elaboração de um plano diretor para a área, em 1999, o projeto vencedor só pôde ser executado anos depois (ZANETTI, 2005). Pelo fato da população prisional ter apresentado um crescimento espantoso naqueles anos, a desativação da Casa de Detenção e a posterior transferência de seus presos para outras unidades penitenciárias se transformou em um problema logístico, já que essas unidades não teriam capacidade para recebê-los. Foi apenas no ano de 2002, durante a gestão de Geraldo Alckmin, que o projeto de construção do Parque da Juventude começou a ser executado, quando a implosão dos pavilhões 6, 8 e 9 marcaram o início da transformação do espaço.

O projeto de execução do parque se deu em três fases, com a implementação de três áreas consecutivas: a primeira, inaugurada em 2003, foi a área esportiva; a segunda, inaugurada em 2004, foi a área central; e a terceira, inaugurada em 2007, foi a área institucional. Juntas, essas áreas deram conta de remodelar completamente o espaço, de imprimir um tom paisagístico naquele trecho da cidade, palco, durante tantas décadas, das mais variadas formas de violação e barbárie. Com o julgamento do massacre inconcluso, sem a responsabilização de nenhuma autoridade pelas mais de 100 mortes, qual seria o compromisso firmado por esse projeto de reconfiguração espacial? Que narrativas são hoje produzidas naquele espaço? Quais são as percepções possíveis a partir da passagem pelo local

transfigurado? Que memórias são evocadas (ou não) por aqueles que hoje frequentam, trabalham e desfrutam do parque e de seus mais de 200.000 m<sup>2</sup>?

### 1.1. Memória: terreno de disputas

A memória enquanto tal, pensada fenomenologicamente, possui uma extensa tessitura, um corpo amplo onde se imbricam processos perceptivos, relações de temporalidade e quadros da vida coletiva. A ideia de anterioridade, intimamente associada ao fenômeno mnêmico desde Aristóteles, ajudou a construir caminho na direção de uma abordagem da memória em termos de uma representação do passado, de modo que a imagem-recordação, uma vez emergida, caracterizaria o encontro mental com algo que já não está presente, mas esteve um dia. Paul Ricoeur (2003) identifica, aí, um dos enigmas colocados pela memória: “O passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar” (RICOEUR, 2003, p. 2).

A ausência, nesses termos, é uma ausência acessível, vislumbrável. O diagnóstico mesmo de sua existência, daquilo que já-não-está-mas-esteve, se inscreve na e pela memória a partir da possibilidade do *reconhecimento*. É a partir dele, então, que a memória se vê em condições de atestar a presença desse ausente, de reconhecer que esse algo, agora desaparecido, um dia esteve lá. Sobre o reconhecimento, nos diz Ricoeur (2003):

[...] Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível, como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão, como as aves do pombal de Platão que é possível possuir, mas não agarrar. Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se constituir ao mesmo tempo em que a afecção originária [...]. (RICOEUR, 2003, p. 441 e 442)

Esse jogo complexo entre passado, ausência e reconhecimento necessita também, e de maneira decisiva, de elementos outros que deem conta da

circularidade dessa dialética, como impressões, rastros ou pistas. Dessa forma, quando nos perguntamos sobre quais memórias poderiam emergir a partir da passagem pelo Parque da Juventude, sendo esse um espaço reconfigurado e completamente transmutado, devemos nos perguntar também pela presença ou não de possíveis impressões, rastros e pistas. Afinal, são esses elementos que, a partir de seu desvelo, podem nos colocar diante de um passado em estado de latência.

Atentar para os mecanismos de articulação desse esquema complexo descrito acima é, entre outras coisas, atentar para o coeficiente coletivo em que se sustenta a memória. Maurice Halbwachs (1968 apud POLLAK, 1989) já sinalizava, em sua análise sobre a memória coletiva, que seria a vinculação dos sujeitos à coletividade que determinaria a internalização das lembranças, sendo a coletividade responsável por organizar os pontos de referência comuns ao grupo, classificando-os e hierarquizando-os segundo sua lógica interna e explicitando, assim, o enxerto entre memória individual e memória coletiva (POLLAK, 1989).

Herdeiro da tradição durkheimiana, Halbwachs concentrou sua abordagem em aspectos que, segundo ele, dotariam a memória coletiva de estabilidade e duração, não reconhecendo que essa coesão dependeria de processos forçosos para se sustentar. Assim, sua análise terminou por incorrer em uma interpretação exclusivamente positiva dessa imposição de uma dada memória coletiva, como se essa não fosse gerada no seio de um processo de violência simbólica e de dominação (POLLAK, 1989).

A imposição, por parte de grupos hegemônicos, de uma dada memória coletiva – nesse caso lida como memória nacional ou memória oficial – nos leva, também, ao questionamento daquelas memórias feridas pela história, nesse caso uma história oficial. Nesse ponto, podemos dizer que a memória se configura, antes de tudo, como um terreno de embates, onde sua estabilidade e duração dependem amplamente de um processo contínuo de luta entre narrativas.

São justamente os fluxos narrativos e as disputas travadas no seio das enunciações sobre o passado histórico que nos revelam, com a proeminência de uma narrativa sobre outra (ou outras), os chamados “enquadramentos da memória”,

como ressaltado por Michael Pollak (1989). Segundo ele, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras [...]” (POLLAK, 1989, p. 9 e 10). Voltamos assim aos rastros como importantes marcadores de um território da memória, responsáveis por conectar fios do presente e do ausente, figurando como espécies de ligaduras entre diferentes temporalidades.

Se, por um lado, a memória materializada e solidificada pode significar a construção de quadros de referência postulados por grupos dominantes, o apagamento de rastros e a substituição material de determinadas composições arquitetônicas e espaciais por outras completamente avessas pode, indo ao mesmo encontro, significar o fortalecimento de narrativas dominantes a partir do abuso do esquecimento. O teor altamente ideológico figura em ambas as estratégias, sejam as hipervisibilidades dadas a monumentos assentados na salvaguarda de uma história oficial, seja a escolha política pela ausência material e sensorial de um passado histórico marginalizado.

A seletividade da memória se ergue de forma sobressaltada e, nesse ponto, já não é possível conceber qualquer neutralidade ou passividade em sua construção. Como evidenciado por Ricoeur:

É difícil destringir a responsabilidade pessoal dos atores individuais, da das pressões sociais que trabalham subterraneamente a memória colectiva. Essa privação [dos atores narrarem a si próprios] é responsável por esta mistura de abuso de memória e de abuso de esquecimento que nos levaram a falar de demasiada memória aqui e de demasiado esquecimento ali. (RICOEUR, 2003, p. 7).

A memória nacional, pelo esforço dos enquadramentos da memória, ao mesmo tempo em que procura uniformizar os conteúdos rememorados, intenta também um deslocamento das narrativas de contestação para as margens. Segundo Pollak (1989), a tentativa de coesão social pelo arrefecimento forçado de determinadas histórias-narrativas pode se traduzir em produção de silêncio, quando

as chamadas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 8) subjazem sob o manto violento e imperativo de uma história única. Essas memórias subterrâneas, por sua vez, podem não encontrar na dispersão e na fragmentação o seu desaparecimento completo, podem seguir resistindo e coexistindo nas franjas, manifestadas nas histórias orais que insistem em elaborar suas narrativas e suas imagens no espaço, por mais diferente que este seja daquele em que se deram as “afecções originárias” (RICOEUR, 2003, p. 442). De todo modo, parte importante desse processo é a busca pela reconexão entre as memórias e o espaço, onde a disputa pela memória se traduz também em uma disputa pelo conteúdo memorial dos espaços, na intenção de se reestabelecer o equilíbrio da dialética “passado, ausência, reconhecimento”.

Assim, buscar compreender a maneira pela qual esse espaço transmutado trabalha “subterraneamente a memória coletiva” (RICOEUR, 2003, p. 7) passa por investigar as disputas em torno das narrativas que a partir dali se enunciaram, pela tensão entre as memórias proibidas e as memórias legitimadas. É necessário que nos detenhamos, portanto, em uma análise das percepções despertadas a partir da passagem pelo parque e nas relações que se podem estabelecer entre corpo, espaço e fluxos de lembranças. Além disso, articular uma abordagem analítica que seja não só capaz de se perguntar pelo passado, mas também de questionar e provocar o presente, parece constituir caminho indispensável no trabalho de escavação a que me proponho aqui. Afinal, como dito por Walter Benjamin (2013, p. 101), “quem procura aproximar-se do [...] passado soterrado, tem de se comportar como um homem que escava”.

Nesse trabalho de escavação, os corpos e objetos que em outro tempo habitaram aquele espaço devem ser convidados a reaparecer, seja através das narrativas, nas falas e nas lembranças daqueles que hoje passam pelo local, seja através de intervenções, nesse caso visuais. Procurar por esses corpos e objetos e reconstitui-los através de suportes audiovisuais, “ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje [...]” (POLLAK, 1989, p. 11), pode terminar por caracterizar, como observado por Pollak (1989, p. 11), “um instrumento poderoso para os

rearranjos sucessivos da memória coletiva [...]”. Os recursos visuais podem, ainda, construir caminho na direção de uma possibilidade de identificação com aquele conteúdo por vezes desaparecido. Como salientado por Ricoeur (2007, p. 437 e 438): “O reconhecimento também pode apoiar-se num suporte material, numa apresentação figurada, retrato, foto, pois a representação induz a identificação com a coisa retratada em sua ausência [...]”.

É nesse sentido que, junto à pesquisa de campo empreendida no parque, busquei também empreender um segundo movimento ao criar novas imagens sobre o lugar, articulando temporalidades heterogêneas como um recurso epistemológico para lidar com as diversas narrativas em jogo nesse espaço. Assim, além do trabalho de análise já mencionado – focado nos processos perceptivos, nos fluxos narrativos e nas relações entre corpo, espaço e memória construídos a partir de um processo etnográfico –, apresento também algumas intervenções visuais, as quais pretendem estabelecer um canal de diálogo entre a ausência e o presente, questionando o espaço e aquilo que ele mostra de si. Trata-se de fotomontagens, produzidas por mim, que sobrepõem a paisagem visual passada, do Carandiru, à paisagem visual presente, do Parque da Juventude. Utilizando a montagem como um recurso técnico e epistêmico, procurei criar sobreposições imagéticas a fim de permitir possibilidades de encontros e, ao mesmo tempo, de choques: encontros e choques entre diferentes imagens e tempos daquele espaço, mas também entre diferentes corpos e objetos que o habitam/habitaram. Como pontuado por Gonçalves (2016):

A montagem [...], tomada como construção, atenta para uma percepção das imagens como fluxo, expansão, resignificação. [...] Como construção baseada na dialética, a montagem gera reflexividade sobre as imagens, o que nos reenvia ao modo de pensar por imagens como uma forma de produção de conhecimento. Neste sentido, a capacidade narrativa da montagem tem papel crucial na construção da imagem como experiência, uma vez que a montagem produz choques de imagens, criando contextos de conversação, conexões que estabelecem novas relações e novos sentidos. (GONÇALVES, 2016, p. 22)



## 1.2. Breve narrativa sobre o esquecimento

O que poderia significar uma visita ao Parque da Juventude no entardecer de um dos primeiros dias de janeiro de 2019? Passar pelo parque em um horário semelhante (entre 18hs e 19hs) era algo habitual para mim entre os anos de 2014 e 2015. Penetrar aquela entrada principal no final de alguma daquelas tardes longas de verão e caminhar pelos ladrilhos de pedra entre a Biblioteca de São Paulo e as ETECs também me era comum naquele tempo, quando ainda frequentava as aulas do curso de museologia na ETEC Parque da Juventude. De lá pra cá, algumas coisas deslocaram-se de lugar para mim.

Durante o ano em que frequentei o curso, entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, raras foram as vezes em que me pus a pensar sobre o passado daquele lugar, raras foram as vezes em que chegou aos meus olhos ou ouvidos qualquer fragmento capaz de despertar em mim algum interesse pelos escombros de uma história soterrada. A estrutura do antigo pavilhão 7, sob o qual se ergue a escola, não fora capaz de ativar qualquer memória cujo rastro me fosse possível perseguir. Com os meus dezesseis anos de idade à época, não cheguei a topar nenhuma vez com aquilo de pujante que se escondia sob as pedras, o aço e o cimento.

Pareceria óbvio para qualquer pessoa, ao imaginar o cotidiano de uma estudante de museologia que caminhava diariamente pelos corredores de uma escola montada sob um dos antigos pavilhões do Complexo Penitenciário do Carandiru, que em algum momento e de alguma forma a memória daquele complexo prisional fosse acionada ou mobilizasse qualquer tipo de reflexão, por mínima que fosse. Ao contrário, mesmo lidando porções de vezes com o acervo do que viria a ser o “Espaço Memória Carandiru”, a coisa em si desaparecida/ausente nunca chegou a figurar como realidade nominada e conscientemente encarada. Não chegou naquele tempo a ocupar qualquer fração interessada ou atenta de mim, não chegou a desvelar-se como o que fora a ponto de saltar-me às vistas e causar-me qualquer afecção mais profunda. Eu sabia que aquele terreno havia sido uma penitenciária um dia, o Carandiru. Sabia que algumas pessoas ali haviam morrido.

Não sabia quantas, nem quais, nem como, nem por que. Parecia-me um simples detalhe: uma penitenciária, alguma penitenciária, em algum momento da história; a morte de pessoas, de algumas pessoas, em algum momento da história; e ponto final.

Os corredores, as salas de aula, o pátio, tudo aquilo me soava natural e, arriscaria dizer, até mesmo simpático. O pátio chegava a se destacar, visto por alguns alunos como um dos “charmes” da escola. Ocupando a parte central do prédio, era cercado por quatro laterais de concreto onde as salas se distribuíam por andares, sendo possível que víssemos, de qualquer um dos lados ou andares do prédio, quem quer que estivesse lá embaixo, naquele grande espaço aberto onde se encontravam os alunos durante os momentos de pausa. Não passava, na verdade, de um pátio destinado ao banho de sol durante os anos em que aquela estrutura abrigava o pavilhão 7 do Carandiru. O que achávamos ser um ponto positivo da edificação, nos possibilitando avistar e interagir com os colegas que lanchavam, conversavam ou adiantavam alguma tarefa naquele grande quadrado cimentado, se tratava na verdade de uma estratégia arquitetônica de vigia incessante dos presos.

Caminhando pelo Parque da Juventude hoje, me pergunto por aquilo que me impediu de interrogar as paredes naquele tempo. Ora, eu não era uma simples transeunte, não passava pelo local uma vez ou outra de forma espaçada e despretensiosa. Pelo contrário, durante um ano frequentei as aulas do curso de museologia tendo de lidar uma porção de vezes com parte daquele acervo incipiente, o que incluía a catalogação de desenhos e pinturas feitos pelos detentos à época em que estiveram encarcerados na antiga Casa de Detenção. Nada disso bastou para que o Carandiru tomasse forma diante de mim ou para que eu pudesse realmente significá-lo. As ligações entre passado e presente não encontraram matéria-prima suficiente para se efetivarem. Eu, frequentadora privilegiada, mesmo com acesso a alguns fragmentos soltos dessa memória, não cheguei a codificar e nem mesmo significar qualquer um daqueles pequenos rastros com os quais tive a sorte de topar.

Há ali um vazio perturbador, amplo em sua dimensão simbólica e material. O espaço prisional transfigurado em espaço de lazer, cultura e educação parece desafiar nossa percepção, parece brincar com nossos sentidos, mais grave que isso, parece tentar nos privar da possibilidade de ver, de escutar, de nos defrontar. Nesse novo esquema nos quais os objetos se dispõem no espaço, já não sabemos o que realmente vemos ou encaramos. Os significados, pois, imputados a esses novos quadros referenciais, se distorcem e se comprimem. Sobre os vazios, Lefebvre (2001) já dizia:

Vazios tem um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar. Mais tarde efetuam-se transferências para outras finalidades que justificam de uma outra maneira os entalhes na vida urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 19)

O vazio fincado naquele espaço parece ter uma razão de ser, orientada e estilizada. Como apontado por Lefebvre, parece não só resultar numa invisibilidade, como também permitir o desenrolar de um processo amplo de violência. Ao encobrir um passado a partir da erupção de um novo sistema de imagens e objetos, termina por tornar árdua a tarefa do *reconhecimento*. Não sendo mais possível topar com as imagens e objetos que em outro tempo habitavam aquele espaço, a passagem e a vida por ali parecem agora se arranjar de uma outra maneira. O não existir, o já-não-estar-lá, fincado no solo de concreto mas disperso entre os muros e fendas desse novo complexo paisagístico e arquitetônico, por se tornar tão difícil de ser apreendido parece implicar numa não-fala, numa não-escuta, numa não-identificação.

No dia-a-dia desse novo espaço, agora com seu novo arranjo sensorial, evidencia-se o estado de latência no qual se inscreve a faculdade da visão. Longe de se tratar de uma operação “natural”, o olhar, mediado culturalmente pelos estímulos visuais e pelas representações sociais que construímos a partir dos mesmos, arranja-se e rearranja-se de acordo com as estruturas imagéticas dispostas em cada uma das composições espaciais. O próprio rearranjo dessas composições implica, nesse sentido, em um rearranjo de suas imagens e de seu mapa sensorial, o que termina por atingir o olhar em seu eixo mais frontal,

confundindo-o e dispersando-o. Nesse jogo confuso de estímulos, aquele que lança seu olhar ao espaço reconfigurado pode ser acometido pela mesma armadilha em que se viu enredado um dos pacientes de Oliver Sacks, Virgil, quando este passou a deter a “capacidade de ver e distinguir cores e formas, mas não conseguia articulá-las em conjuntos significativos” (BARBOSA, 2012a, p. 32).

Nessas condições, quem ou o que interrogar ali? A ETEC Parque da Juventude parecia gesticular em face de uma normalidade assujeitada e de sua boca pouco ou quase nada saía sobre o passado daquele lugar. Musealizar parecia ser mesmo o exercício de etiquetar artefatos, separá-los por grupos e imaginar o lugar que ocupariam em uma eventual expografia. Interrogá-los deveria ser tarefa de um outro. Não sabíamos quem. Não importava. Como perguntar às paredes se pergunta alguma fazia morada em nossas bocas? Um cotidiano esterilizado, devidamente higienizado, o concreto embebecido por dezenas de mãos de tinta, o piso lavado ao menos uma vez ao dia. Era o presente falando ao presente. 2003 parecia ser o ano inicial daquele calendário. Os esforços ali comungados pelos museólogos da ETEC Parque da Juventude (advertindo aqui para o manejo mesmo dado ao acervo do próprio “Espaço Memória Carandiru”) aproximava-se daqueles que, no final do século XIX, Nietzsche entendia como parte constitutiva das “[...] transformações culturais dos usos e do valor da memória; denunciava, em particular, a acumulação obsessiva e a erudição vazia do historicismo cujo efeito maior não consistia numa conservação do passado, mas numa paralisia do presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 98).

Me lembro vagamente daquele montante de objetos musealizados, trancafiados numa sala minúscula. Lembro também da dificuldade que tinha em encontrar aquela sala, escondida em alguma das laterais daquele pátio imenso. Eram painéis, bules e frigideiras, ferros de passar roupa, facas e estilingues, muitas estatuetas de santos. Tudo aquilo datava do período de atividade do Carandiru, pertencera a alguns daqueles homens encarcerados. E agora lá estavam aqueles objetos, acomodados numa sala escura. As poucas visitas que fiz à essa sala se resumiram à realização de algumas aulas práticas de conservação, quando escutava atentamente as explicações sobre os riscos da exposição dos objetos a

determinados tipos de luz e à umidade, ou sobre as técnicas de combate a ação de fungos, bactérias, traças e cupins. Importava que aqueles objetos se mantivessem conservados, embora não soubéssemos exatamente para que ou para quem. Na impossibilidade de enxergá-los de fato, de vê-los em relação, cheguei apenas a distinguir suas formas, identificando as superfícies metálicas em meio às superfícies amadeiradas, distinguindo as peças de porcelana das peças plásticas, num trabalho monocórdico que se resumia à avaliação de uma vaga concretude material. “Espaço Memória Carandiru” parecia mais um jogo estético feito com palavras que, naquele contexto, não se comunicavam entre si. Afinal, não pude perceber ali nada além da superfície óbvia dos materiais: nem o espaço, porque aquele era alterado e transfigurado; nem qualquer traço de memória, porque ali havia apenas um acúmulo de objetos sacralizados; nem o Carandiru, pois este parecia ter se ausentado completamente dali. Nesse tempo, topei apenas com o abuso do esquecimento.

Ao voltar ao Parque da Juventude e percorrer sua extensão anos depois, para o esforço desta pesquisa, me certifico de explorar esse complexo jogo que ali se desenhou entre memória e esquecimento, procuro finalmente interrogar suas paredes, árvores e solo. Procuro pelas pessoas, pelas narrativas que estas também formularam a partir da passagem por aquele local, procuro pelos “enquadramentos da memória” ali construídos. Pratico esse esforço de pesquisa como um esforço de elaboração do passado, esforço esse que:

Em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem [como] um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento — do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN, 2006, p. 105)

### 1.3. Da ocultação ao despistamento

Desembarco na Estação Carandiru do Metrô um incontável número de vezes. Faço e refaço o caminho indagativo, avançando pela grande área frontal onde agora vê-se um gradil interminável, responsável por cercar todo o perímetro correspondente à fachada do parque. Atravessar aquele trecho, denominado com a área institucional do complexo, significa topar com públicos dos mais diversos. Ali encontram-se a ETEC Parque da Juventude, a ETEC de Artes, a Biblioteca de São Paulo, o *playground* e um cercado destinado ao lazer dos cães, informalmente chamado de “cachorródromo”. Diferentemente do que se costumava ver nos anos de 2014 e 2015, agora a paisagem conta com bases móveis da Polícia Militar, alocadas nas proximidades das duas escolas técnicas e do *playground*. Com um nítido caráter ostensivo, os agentes de segurança parecem se multiplicar pela extensão de todo parque, sobretudo nos dias de semana.

No caso desta primeira área (institucional), localizada logo na entrada e comumente utilizada como acesso para as demais, há um fluxo intenso de pessoas, onde cruzam-se estudantes, funcionários – das escolas técnicas, da biblioteca e da segurança do próprio parque –, frequentadores e transeuntes. A depender do dia da semana, podemos encontrar desde casais e famílias que aproveitam a extensão do pátio frontal para a realização de sessões de foto, até grupos de pessoas que utilizam a grande área aberta para realizar reuniões ou encontros, como é o caso do grupo de dança “Caporales San Simón”, que se reúne ali aos domingos para realizar seus ensaios. Um pouco mais ao fundo, já no *playground*, pode-se notar um número sempre considerável de crianças que, acompanhadas de adultos, brincam, pulam e correm de um lado para o outro.

Durante o período de elaboração desta pesquisa, foram muitas as vezes em que caminhei por aquele trecho, percorrendo-o em muitas direções, buscando intuir, mesmo que de forma dificultosa, o lugar ocupado por ele dentro dos limites mais amplos do parque. Não reconhecia, ali, a presença de rastros para além das próprias estruturas sobre as quais se erguem as duas ETECs. Identificava aquele fragmento apenas pelo semblante institucional que sua imagem faz crer, ou, de outro

modo, como o trecho inicial de uma extensão muito mais ampla. Sem me diferenciar muito dos demais frequentadores, passava por aqueles ladrilhos sem que grandes questionamentos me fossem suscitados. Atravessei aquela entrada por muitas vezes e, de forma reiterada, tive a percepção de se tratar, ali, da área com menor latência, talvez a mais árida e menos sugestiva, mais acanhada quanto a capacidade de conectar possíveis fios do presente ao passado.

Nem mesmo a minha imaginação fora capaz de “transver”<sup>4</sup> aquela área para além de sua concretude atual. Pude notar o tom institucional expresso pelas escolas técnicas e por seus respectivos estudantes e funcionários, assim como a suntuosidade da biblioteca e os ares de racionalidade que seus cem números de livros terminam por imprimir naquele quadrante do parque – aliás, as paredes de vidro responsáveis por revelar as inúmeras estantes onde organizam-se os livros no interior daquele edifício parecem compor uma paisagem maior, translúcida, assentada numa ideia própria de razão e de modernidade. Além disso, o “corre-corre” das crianças, o desfile interminável de cachorros em passeios diurnos com seus respectivos donos, o vaivém de corpos (cada um em sua rota particular), se somam à essa atmosfera geral que parece dominar todo aquele excerto inicial do parque.

De todo modo, era a parte interior do parque que mais me intrigava. Sobrevindo de forma descontínua, esse outro fragmento do espaço – muito distinto daquele anterior – tem na indefinição a sua característica anunciada. Uma ponte se coloca como elemento de divisa, separando a área institucional dessa outra, denominada como área central. A passagem entre essas duas áreas não se caracteriza tanto por uma mudança radical, mas pelo adensamento de uma certa aura. Passada a ponte, podemos notar algumas grandes vigas de concreto que despontam sobre a terra, apresentando seus contornos de forma muito confusa. Seu tom acinzentado, nitidamente desgastado, se confunde entre as folhas das copas que, pouco a pouco, vão apontando para a presença de um número cada vez maior

---

<sup>4</sup> Termo emprestado do poema "As lições de R. Q.", de Manoel de Barros, em que lê-se: “[...] o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê [...]”. O termo se refere a um olhar subjetivo, está relacionado à capacidade de olhar além.

de árvores. As nuances do concreto se confundem com a vegetação opaca, os granulados daquele tom acinzentado se transformam em ruído, tornando muito difícil a identificação desses objetos. Nessas circunstâncias, com o espaço se apresentando de forma tão truncada, somente a revisitação continuada me permitiu, após longas semanas, finalmente começar a entender do que se tratavam aquelas grandes vigas e colunas.

Adentrando finalmente aquela área, pude observar uma espécie de divisão entre o que chamei de “zonas”: há uma zona mais aberta e nitidamente mais clara, com maior penetração de luz, onde se encontram justamente a maioria dos visitantes que, sozinhos ou acompanhados, parecem aproveitar aquele trecho para ouvir música, namorar, fazer piqueniques ou simplesmente repousar em silêncio. Trata-se de uma parte mais superficial da área, de uma de suas extremidades, onde as árvores não chegam a formar grandes copas, onde a grama se distribui de maneira mais uniforme e em maior extensão, facilitando a passagem de pessoas e fazendo uma espécie de convite para que elas se sentem e permaneçam ali por um tempo considerável; há uma outra zona, circunscrita entre o centro e a extremidade oposta da área, onde as árvores terminam por formar grandes copas e dificultam muito a passagem de luz. Nessa parte, o acesso e a permanência parecem mais difíceis. Caminhar em sua direção não me pareceu um exercício muito simples, uma vez que a presença de luz ia se tornando cada vez mais escassa e o número de pessoas ia se reduzindo drasticamente.

Aos poucos fui percebendo que as colunas de ferro e as vigas de concreto constituem um elemento fulcral nesta área do parque. No entanto, sua disposição pelo espaço não permite que se intua, a princípio, uma lógica arquitetônica muito clara. Elas surgem de forma descompassada, ora em um canto, ora em outro. Para aqueles que acessam a área central pela ponte (o caminho mais comum), é possível notar um surgimento mais tímido dessas saliências no horizonte. Tamanha a timidez dessa aparição, é preciso que o visitante faça uso de uma dose extra de curiosidade para que possa se deslocar diretamente até essas estruturas e, assim, finalmente constatar a natureza daqueles objetos, para enfim perceber estar diante de uma antiga guarita (não se sabe de que, nem de onde, muito menos por que ou para que



está lá). Para aqueles que acessam a área central pela outra extremidade, o contato com as vigas e colunas se faz como um sobressalto: bastam alguns passos em direção a ela e uma espécie de portal surge no meio das folhas. Como uma matéria estranha, a silhueta de pedra risca na paisagem o que um dia parece ter sido um grande portão, uma grande passagem de aço. Imergindo por uma ou outra borda, o visitante que faz a passagem para a área central acaba por topiar com essas estruturas, em alguns trechos mais diluídas entre o verde, em outros mais destacadas em meio a paisagem.

Entre as duas zonas dessa área, pude perceber com o tempo, a distinção também se faz pelo tipo de aparição dessas vigas e colunas. O volume maior se encontra no epicentro da zona menos iluminada, mais densa e úmida. Caminhando por essa zona mais interior, avistei apenas dois perfis de pessoas: grupos de jovens que, reunidos nos cantos mais altos e isolados, conversam apenas entre si, às vezes enquanto bebem ou fumam; pessoas mais velhas que caminham com seus cachorros e procuram um lugar mais distante para que eles possam fazer suas necessidades. A passagem por ali se tornava quase sempre desafiadora e na maioria das vezes solitária. Há ali uma estrutura mais bem definida, colunas e vigas que desenham um corpo mais articulado. Esforcei-me repetidas vezes na tentativa de decifrá-la, de perseguir qualquer rastro de memória mais diluído ou soterrado. Se trata de uma silhueta apenas, o esqueleto do que aparenta ser um conjunto de celas; mesmo assim, aquela estrutura vazada me parecia intransponível. Um caminho previamente delineado, feito por um deck, marca o trajeto a ser feito ali. Certo dia decidi recusá-lo e desci em direção à terra.

Ao pisar sobre ela, amansei o passo e me pus a caminhar devagar. Senti que estava mesmo contrariando uma expectativa de uso do espaço. Poucos passos me bastaram para perceber que aquele solo não era pisado há tempos. Muitas cascas de árvore se aglomeravam pelo chão e, num reflexo repentino, movi uma delas de lugar. Me espantei ao perceber a quantidade de vida que se escondia ali, proliferando em silêncio: um número espantoso de minhocas, todas reunidas debaixo daquela casca; minhocas grandes como poucas vezes tive a oportunidade de ver. Aquelas minhocas estavam, definitivamente, se alimentando e se

reproduzindo sem serem notadas já há algum tempo, tempo este que eu não conseguiria precisar.

À medida que eu ia me afeiçoando cada vez mais àquele solo e às pistas possíveis de serem perseguidas, mais e mais insetos iam transformando a experiência em algo praticamente insuportável. Caminhar pelo meio desse esqueleto de tijolos, em meio a essas estruturas praticamente abandonadas, cobertas por dezenas de copas de árvores que, no limite, terminam por formar uma espécie de cobertura quente e isolante, significava sofrer o ataque de um número incontável de pernilongos e pulgas. Depois de aproximadamente 15 minutos, eu já não tinha condições de aguentar as picadas e a coceira incessante. Parece mesmo que o acesso e a permanência nessa zona mais interior constitui um exercício muito difícil e, sem dúvida, pouco convidativo. Contraditoriamente, as matérias mais semelhantes a rastros ou pistas das quais me aproximei se encontravam justamente nessa zona e, com esse encontro confuso e persistente, tive a sensação de ser apresentada a certo fragmento de um tempo em suspensão, me perguntando se não estava diante, quem sabe, de um possível “lugar de memória” – nos termos de Pierre Nora (1993), a memória que “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (p. 9) –, embora não conseguisse estabelecer nenhum tipo de conexão clara entre ausência e presente a partir daquilo que ali se apresentava como rastro.

Me vendo incapaz de compreender a procedência daquelas estruturas de ferro espalhadas pelo centro do parque, formulava e reformulava hipóteses e logo em seguida as via se desmanchando, como se o espaço insinuasse um jogo de esconde com aqueles que se lançam em sua direção, sobretudo com aqueles que ousam interrogá-lo. Mesmo mergulhada no campo, projetando um olhar inquieto em muitas direções, já muito afeita às possibilidades de encontro ou desencontro com possíveis pistas, ainda não havia topado com qualquer explicação (em forma de placa, aviso ou alerta) sobre a natureza daquelas estruturas que tanto me intrigavam e, no limite, me confundiam. Nenhuma data, nenhuma descrição precisa. Percorria o trecho em muitos sentidos e nada se revelava de forma clara. Àquela altura, os diálogos com frequentadores já se somavam e muitas das percepções sobre o

espaço, embora preservassem seus traços de singularidade, apontavam para algumas características comuns.

Entre todas as pessoas com quem tive a oportunidade de entrar em contato ao longo do trabalho etnográfico, apresentou-se o seguinte denominador comum: uma percepção espacial carregada de lacunas e inconsistências. Os limites fronteiriços do parque, a origem de determinados materiais e objetos, a disposição das construções no espaço, os tipos de vegetação ali presentes, as próprias noções de tempo que envolvem a existência do lugar, tudo isso se apresentava de forma muito confusa nas falas de meus interlocutores. Investindo em uma aproximação sutil, fazia as abordagens com a colocação de uma única pergunta: “Você sabe se existia alguma coisa aqui antes?”. Feito o questionamento, eu me abria para as respostas em sua integralidade. “Era uma prisão isso daqui”, “tinha uma cadeia aqui antes, mas isso faz muito tempo”, “não conheço a história, mas sei que tinha uma prisão”, são algumas das falas que escutei ao longo de meses. A maioria das pessoas me apontava o fato de ter existido uma penitenciária ali, embora poucas delas tenham conseguido ultrapassar esse dado e me oferecer outras camadas de informação a respeito da história que cerca o local.

Em uma das caminhadas que fazia pela área central, resolvi me aproximar de um casal de garotos. Eles estavam sentados na grama, na zona mais aberta, aproveitando aquela parte mais tranquila do parque para conversar e namorar. Cheguei perto dos meninos e fiz-lhes a pergunta: “Oi! Licença, vocês sabem me dizer se existia alguma coisa nesse parque antes?”. Sem parecer entender muito bem a pergunta, os meninos se olharam demoradamente e em seguida soltaram uma risada curta. Depois de alguns segundos, um deles coçou a cabeça e o outro finalmente me respondeu: “Ah! Você quer saber o que era aqui antes? Era uma prisão isso daqui”. Tentei então demonstrar curiosidade e insisti em saber mais a respeito. Ainda perdidos, os garotos voltaram a repetir que ali era uma prisão, tentando recorrer um ao outro para me oferecer mais algum detalhe. Um dos meninos, ainda com uma feição de espanto, disse que não conhecia nada na região, que era morador da zona leste e que estava visitando o parque pela primeira vez a convite do namorado. Disse ainda que não conhecia a história da prisão e que o

outro rapaz apenas lhe contou o fato de ter existido uma cadeia ali, nada mais que isso. Olhei então para o outro garoto, que num sinal negativo balançou a cabeça e sorriu timidamente, dizendo que também não conhecia a história embora fosse morador do bairro.

Nem mesmo o nome “Carandiru” chegou a ser citado pelos dois meninos. Numa última tentativa de oferecer alguma informação, me disseram que um deles havia escutado de um dos seguranças do parque que a prisão ficava localizada mais ao fundo, segundo eles: “Ali depois do portão que dá pras quadras, depois do mato”. Eu então perguntei: “Como? Aonde?”. Um deles tentou me responder dizendo: “Ah, sei lá! Ele falou que ficava ali pro fundo, na parte das quadras, passando esse mato aí. Não sei...”. Mobilizada pelo deslocamento operado pelos garotos, que me revelaram uma outra percepção a respeito do local supostamente ocupado pela penitenciária no passado, resolvi lhes perguntar sobre aquele montante de vigas e colunas que se avolumavam naquela parte mais interior e que, de onde estávamos, era possível de ser avistado. Os dois voltaram o olhar para as silhuetas de concreto ao longe e um deles sentenciou: “Ah, devia ser uma parte da prisão ali”. De repente, um dos garotos levantou o olhar e comentou: “Nossa, verdade! Tem esse murão super alto aqui em volta, deve ser tipo de onde ficavam vigiando os presos, né?”. Percebendo a mudança de foco em seus olhares, que naquele momento passaram a reparar (aparentemente pela primeira vez) naquelas estruturas que se camuflavam na vegetação, decidi invocar o seguinte questionamento: “Vocês não acham estranho ou incômodo frequentar esse parque? Digo, sabendo que aqui já foi uma prisão um dia. Não dá uma sensação esquisita?”. Me respondendo de pronto, e aparentando certa inconformidade pela pergunta, um dos garotos me disse: “Não, ué! Por que seria estranho? Não tem nada a ver! A gente tá num parque, ué, normal. Aqui é super de boa”. Entendendo finalmente que os garotos não compreendiam o motivo dessa minha última pergunta, me despedi e segui a caminhada em direção à última área, a esportiva.

Com seu início delimitado por um largo portão, a área esportiva já apresenta de imediato suas inúmeras quadras. Amplas e descobertas, as quadras se distribuem de forma horizontal ao longo da área e muitas delas são de uso misto

(basquete, futebol e vôlei), com exceção das quadras de tênis. Em uma das extremidades da área, há um pequeno circuito com algumas pistas de skate, onde muitos jovens se reúnem. Em finais de semana, é possível ver um número considerável de pessoas que fazem uso da área para praticar yoga, seja nas quadras desocupadas ou nos bancos espalhados por todos os lados. No geral, em função da prática de atividades físicas, o clima ali é de lazer ou concentração. Na extensão de toda lateral esquerda da área, vê-se um enorme muro farpado, responsável por fazer a divisa com um outro espaço, impossível de ser avistado. Somente ao sair do parque, caminhando em direção à próxima esquina e chegando à Avenida General Ataliba Leonel, é que se pode finalmente ver uma fachada, muito discreta por sinal, onde lê-se: “Penitenciária Feminina de Santana”.

Em uma das passagens pela área esportiva do parque, avistei um homem que brincava com uma criança em uma das quadras desocupadas. Era um domingo nublado e o tempo se demonstrava instável, com uma chuva fina que insistia em cair de hora em hora. Aproveitei a descontração entre pai e filho e então me aproximei, perguntando sobre a história daquele lugar. Mais uma vez ouvia: “Tinha uma cadeia aqui antes, mas isso faz muito tempo”. O homem me contou que era morador do bairro, que morava ali desde menino, e continuou: “Tinha essa cadeia aqui, o Carandiru. E o negócio era grande, viu?! Aí fizeram esse parque, olha o tamanho desse parque!”. Perguntei se o Carandiru ocupava toda a metragem do que hoje é o Parque da Juventude, incluindo todas as áreas do complexo. Sem pestanejar, o homem me respondeu dizendo que sim: “Era isso aí tudo, daqui das quadras até lá na frente, nas escolas. Tinha preso demais. O pessoal aqui do bairro sofria muito, era muita fuga, muita rebelião.” Perguntei a ele como era a convivência com a penitenciária e ele então me disse: “Imagina você tá na sua casa sabendo que a qualquer momento um bandido pode pular seu muro? Era um inferno. Mas agora melhorou muito. Fizeram esse parque aqui, com bastante espaço pras crianças”. A garoa fina voltou a cair e o homem se despediu sorrindo, pegando o menino mais novo no colo e caminhando na direção de seu outro filho, que jogava bola na quadra ao lado.

Já depois de muitas caminhadas, em manhãs, tardes e anoiteceres, já depois de muitos diálogos com frequentadores, o que eu via e revia era um espaço que, após sucessivos embaralhamentos, passava a me causar uma profunda perturbação. Refiz ainda muitas vezes o caminho indagativo e, numa das vezes em que explorava outras margens da área institucional, acabei topando com um segurança muito simpático e de conversa solta.

Da região onde nos encontrávamos, numa extremidade mais isolada da área, era possível que avistássemos o *playground* e aquele grande portal de pedra envolto entre as árvores. Me aproximei do segurança e perguntei sutilmente: “Oi, tudo bem? Você sabe me dizer se existiu alguma coisa nesse parque antes?”. O segurança me respondeu prontamente: “Ah, sim! Aqui era o Carandiru!”. Demonstrei interesse em saber mais a respeito e ele então prosseguiu:

“Quando me chamaram pra trabalhar aqui eu fui pesquisar um pouco da história, ler umas coisas, né?! Vi aquele documentário, é... como é que chama mesmo?... ah, não vou me lembrar o nome agora, mas lá conta umas coisas legais”.

Guardei silêncio por alguns segundos e, em seguida, exprimi num tom reflexivo: “Você deve saber de bastante coisa então...”. Enérgico, o segurança voltou a falar:

“Ah, eu li umas coisas na internet, tal... mas ó, sabe aquelas duas ETECs que tem ali na entrada? Então, ali eram os antigos pavilhões 4 e 7. E ali na frente, ó, tá vendo? Ali onde tem umas crianças brincando... ali era o pavilhão 9, onde aconteceu o massacre”.

Lancei-lhe então uma outra pergunta: “E ali, onde tem umas estruturas antigas? Era algum pavilhão?”. Ele riu e disse: “Não, não! Ó, o Carandiru era só nessa parte aqui da frente, da entrada até o parquinho. Da ponte pra lá já não tem nada a ver com o Carandiru, não”. Eu, surpresa com o que acabara de ouvir, lhe fiz ainda um outro questionamento: “Mas ué, o que é aquilo ali então? Por que têm várias estruturas que parecem ter sido celas?”. Ele, sem titubear, respondeu dizendo: “Ali era uma obra, iam construir outros pavilhões mas acabaram desistindo. Nunca chegou a ser finalizada, nunca chegou a ser nada, não. Não tem nada a ver

com o Carandiru”. A surpresa me acometeu por completo e, nessa altura, senti que minha percepção sobre o espaço passava a ser profundamente desafiada, mais que isso, passei eu mesma, a partir daquele momento, a desconfiar de todos os meus sentidos. Ainda desnorteada, bagunçada por mais essa remodelação do campo e de seus objetos, decidi refazer aqueles caminhos. Me despedi e, antes de finalmente avançar pela área central, dessa vez por uma outra lateral, ouvi do segurança o seguinte conselho:

“Olha, não fica *dando sopa* lá! Vira e mexe tem uns moleques fazendo uns assaltos ali. Como é mais deserto, eles se aproveitam e ficam na espreita, escondidos no meio daqueles pilares lá. Durante o dia, quando tá um sol legal, é mais de boa, até tem um pessoal que aproveita o visual com aquelas estruturas lá, com o deck, pra fazer umas fotos... mas toma cuidado”.

Mais uma vez penetro aquela área, dessa vez por uma das laterais mais à esquerda. Vindo de uma extremidade mais isolada da área anterior, percebo estar fazendo uma passagem pouco usual entre os dois fragmentos do espaço. Meu olhar agora busca um dado material, elucidativo, procura por um endereço certo. Relembro o que acabara de escutar de meu interlocutor mais recente: “Ali era uma obra, iam construir outros pavilhões mas acabaram desistindo (...)”. Algumas voltas dadas e, para meu espanto, lá estava: uma placa pichada, discretamente alocada em um canto qualquer daquela zona inebriante. Ao lado de algumas figuras já bem desgastadas, podia-se ler algumas instruções, como: “Na iminência de tempestade com raios, procure abrigo em local coberto”, “use a lixeira”, “animais devem circular com coleira e guia”, “não jogue pontas de cigarro no chão”, etc. Espremido em um canto e tingido pela coloração esverdeada de uma pichação, lia-se o seguinte texto (em letras microscópicas):

“Acesso ao deck. As estruturas preservadas neste Parque são resquícios da construção inacabada do que viria a ser o Carandiru II. Com o tempo, a vegetação compôs, espontaneamente, uma nova paisagem em volta da muralha, pilares, vigas e lajes. Hoje é possível observar parte desta vegetação acrescida de novos conjuntos ornamentais. Caminhe apenas sobre o piso de madeira. Ele foi feito para preservar a vegetação”.

Agora, finalmente percebia: estava, ali, diante de um cenário. Nem “lugar da memória”, muito menos território possível do *reconhecimento*. Ora, a transformação

do espaço em lugar não se opera por uma simples adição, nem se trata de uma reação química ou de uma mudança cíclica da natureza. É antes um redimensionamento simbólico, uma investida de afetos, um recrudescimento dos sentidos. O espaço torna-se lugar na medida em que os indivíduos, enquanto agentes, passam a conhecê-lo, a impregná-lo de sensações e referências do vivido. Como apontado por Carlos: “O lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (CARLOS, 1996, p. 16).

Partindo de sua escrita, caracterizada por Lefebvre (2001, 70) como “aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento [...]”, podemos dizer que o que aquele espaço empreende é um processo de dissimulação que, ora ocultando, ora despistando, joga com um Carandiru que poderia ter estado em muitos lugares ou em lugar nenhum. Para muitas das pessoas com as quais tive a oportunidade de falar, isso sequer se colocava como uma questão. Aliás, Carandiru muitas vezes nem era o seu nome, sua figura era genericamente apontada como “a prisão”, “a cadeia”, afinal de contas, como disse um dos frequentadores, “isso faz muito tempo”. Ali, tendemos a constatar um processo de submissão de um passado de décadas e décadas de encarceramento em massa, de violações aos direitos humanos e de um massacre prisional sem precedentes a um tipo sofisticado de ausência, nesse caso uma ausência resistente, difícil de ser diagnosticada, responsável por aprisionar esse tentáculo fértil e potente da memória, o reconhecimento. O que temos, assim, não é uma ausência tida como “tendo estado”, mas uma ausência opaca e muitas vezes sequer percebida. A possibilidade de reconhecimento da ausência pela memória tende a se transformar em ausência do reconhecimento.

No caso daqueles esqueletos de concreto, na ambição das estruturas que se auto proclamam resquícius, o que terminamos por ter é uma substituição cínica dos reais movimentos de vida, dos reais movimentos da história, por um outro, por um movimento de encenação. Não se trata ali de um lugar propriamente dito e, na sua falta, devemos nos perguntar pela presença dos agentes possíveis. Da confusão



causada aos sentidos, passando da distorção da visão aos embaralhamentos sucessivos da mente, parece que as constatações preliminares apontam para uma fratura nas possibilidades (ao menos em parte) de ancoramento dos sentidos e de fruição do corpo, do corpo-que-vê, do corpo-que-escuta, do corpo-que-caminha. É. Não é. Se foi, não sei. Está aqui? Ali? Não está. O que é? Não é.

Se há um Carandiru, não é aquele. O real, com suas histórias e seus afetos, com seus nomes e sobrenomes, suas dores e seus ódios, seus horrores e seus mortos, seus Josés, Paulos, Joãos, Franciscos, Antônios, Luizes, Cláudios, com seus Silvas, Souzas, Carvalhos, Pereiras, Oliveiras, Ferreiras, Alves, dali se ausentou. Pela força coercitiva e coesiva de uma ideologia dominante, fora retirado à força dali. 111 ou 500 alvejados? Para Ubiratan Guimarães e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, Fleury Filho<sup>5</sup> e o Governo do Estado de São Paulo, não interessa. Para as vítimas, pouca ou nenhuma forma de reparação simbólica. Ali parece não haver disposição para tanto. Ali a desestruturação e reestruturação espacial, marcada pelo poderio estético, narrativo e arquitetônico de uma ideologia dominante (LEFEBVRE, 2001), se operou de modo a confundir os sentidos, a embaralhar os sistemas de objetos, formas e materiais dispostos no espaço e a dificultar o encontro com os rastros de um passado indesejado. Como apontado por Lefebvre:

Desestruturações e reestruturações se sucedem no tempo e no espaço, sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano, mas provenientes de outro lugar: da história, do devenir. Não do supra-sensível, mas de um outro nível. Atos e agentes locais marcaram a cidade, mas o mesmo fizeram as relações impessoais de produção e de propriedade, e por conseguinte as relações entre as classes e as relações de lutas de classe, portanto as ideologias [...]. (LEFEBVRE, 2001, p. 60 e 61).

Não bastassem aquelas ruínas de um segundo Carandiru, não finalizado, não habitado, fictício, percebia também as sutilezas de um outro elemento constitutivo da paisagem. Lia-se na placa escondida, em letras miúdas: “[...] Com o tempo, a vegetação compôs, espontaneamente, uma nova paisagem em volta da muralha,

---

<sup>5</sup>Governador do Estado de São Paulo à época, foi o responsável por dar a ordem de invasão ao Complexo Penitenciário do Carandiru no dia 02 de outubro de 1992, ação que resultou na morte de 111 detentos.

pilares, vigas e lajes [...]”. Se nada de espontâneo havia naquelas estruturas, haveria de existir na vegetação?

Aquelas duas zonas presentes na área central, depreendidas anteriormente, parecem mesmo assumir um papel de protagonismo no jogo de ocultação e despistamento empreendido pelo parque. Na zona mais superficial, a presença de uma vegetação rasteira. Na zona mais interior, a presença de árvores de troncos largos, curvos e com grandes copas. Na zona mais superficial, a presença de um tipo de vegetação que se estende pelas outras áreas do parque. Na zona mais superficial, após certo distanciamento e uma sucessão de inferências e descobertas, revelava-se um tipo de vegetação presente única e exclusivamente ali. Mais tarde, quando a perturbação espacial me levou à procura de mapas, plantas arquitetônicas e imagens aéreas da extensão total do terreno, além de um breve mergulho pelo mundo da botânica, finalmente pude concluir: o tipo de vegetação naquela zona, onde se encontram as ruínas, nada tinha de espontâneo, ao contrário, aquela vegetação havia sido plantada apenas ali, com espécies de árvores presentes apenas naquele trecho do parque, as chamadas “tipuanas”.

Assim, pude enfim perceber a ressonância daquilo que Lefebvre (2001, p. 61) chamou de “ilusão do imediato e do vivido”, compreendendo a magnitude do movimento de ocultação e despistamento operado pelo parque. Ao me aproximar do “inconsciente” urbano, daquilo que está diluído nos detalhes, pude ler algumas das tantas mensagens fornecidas por aquela escrita local. Nas palavras de Lefebvre:

Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto. Escrever sobre essa escrita ou sobre essa linguagem, elaborar a *metalinguagem* da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o “inconsciente” do urbano, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados [...]), isso não pode ser esquecido na decifração. Um livro não basta. Que seja lido e relido, muito bem. Que se chegue até sua leitura crítica, melhor ainda. Faz perguntas ao conhecimento: “quem e o quê? como? por quê? pra quem?” Essas perguntas anunciam e exigem a restituição do contexto [...]. (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

**Implantação definitiva**

- A. Parque Esportivo
- B. Parque Central
- C. Parque Institucional
- D. Área de preservação permanente
- E. Muralha



Uma das plantas do parque. Fonte: <http://www.arcoweb.com.br>



Vista aérea do Complexo Penitenciário do Carandiru. Foto: Ana Paula Brito. Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo.

## **2 O CORPO, O ESPAÇO E O LEMBRAR: AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS POR NEGROS E BRANCOS**

Em uma das passagens pelo parque, numa tarde nublada de domingo, topei logo de cara com um grupo de bolivianos que parecia estar finalizando alguma atividade. Me aproximei e perguntei do que se tratava aquela reunião de pessoas, todas vestidas com roupas coloridas. Uma mulher, que se apresentou como uma das idealizadoras do encontro, me disse que eram um grupo de dança, o “Caporales San Simón”, responsável por manter viva parte das tradições bolivianas entre aqueles que imigraram para o Brasil. Ela me contou que o grupo sempre se apresenta no Memorial da América Latina no primeiro semestre do ano e que decidiram recentemente por fazer os ensaios no Parque da Juventude, que é um dos espaços públicos mais próximos à Praça da Kantuta (principal ponto de encontro de bolivianos em São Paulo).

Uma garoa fina interrompeu a atividade e aquelas pessoas ali reunidas logo foram se dispersando. A conversa iniciada não chegou a se estender e a mulher logo encerrou o assunto, alegando que precisaria ir embora por conta da chuva que se anunciava. Antes de ir, me convidou para assistir aos ensaios, sempre feitos aos domingos naquele mesmo local. Sobre a pergunta que fiz quanto ao fato de terem escolhido o parque para a realização dos ensaios, ela apenas me disse que foi o melhor local encontrado, pelo fato de, nas suas palavras, “ser um lugar público, tranquilo e bem localizado”.

Foram três as características elencadas por ela. Com uma fala serena e um sorriso satisfeito, ela deu conta de assinalar três aspectos positivos do parque, aspectos que ressaltam uma leitura uniformizante, distante do reconhecimento de qualquer contradição. Aquela mulher, assim como o restante do grupo “Caporales San Simón”, é uma frequentadora recente e sua passagem pelo parque pode ser considerada sazonal (apenas aos domingos durante aproximadamente dois meses do ano), o que inclui notar que a relação ali estabelecida com o espaço se resume ao uso do pátio frontal e nada mais. Ouvir suas impressões sobre o parque e atentar para o seu duplo caráter – impressões positivas e, ao mesmo tempo, muito vagas –

inclui compreender um fenômeno mais amplo, manifestado por um conjunto de percepções aparentemente difusas, percepções essas que só podem ser analisadas se levarmos em conta as formas pelas quais diferentes grupos (ou públicos) habitam aquele parque, se levarmos em conta as diferentes experiências do percorrer, do se relacionar com determinada espacialidade. Para tanto, é preciso que pensemos a experiência de determinados corpos em um determinado espaço.

Com o avançar do trabalho etnográfico, pude perceber duas grandes clivagens no que diz respeito às experiências de ser e estar naquele espaço, de modo que um determinado perfil de pessoas evidenciou um conjunto de percepções muito contrastante em relação ao conjunto de percepções apresentado por um outro perfil. Esses perfis, por sua vez, se constituíam a partir de um determinado marcador social da diferença. Se tratava, ali, das discrepâncias entre as experiências espaciais vividas por negros e as experiências espaciais vividas por brancos, do impacto causado em cada um por aquilo que o espaço mostra de si ao impacto causado por aquilo que ele tenta esconder.

Assim, as interpretações dos objetos no espaço, as leituras de si e do outro, os signos e afetos mobilizados a partir da passagem pelo local, tudo isso se encontrou (e se encontra) perpassado pelo processo de racialização de determinados corpos. Como nos diz Almeida:

[...] Para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a *consciência*, o racismo como ideologia *molda o inconsciente*. Dessa forma [...], a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é construída por padrões de clivagem racial inseridas no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida 'normal', os afetos e as 'verdades', são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir. (ALMEIDA, 2018, p. 50)

Entre o perfil de frequentadores formado por homens brancos, grande parte deles antigos moradores do bairro e com uma idade estimada entre 40 e 60 anos, irromperam percepções quase sempre positivas do parque, positividade essa muitas vezes ressaltada pela mudança que reconhecem ter sido operada no espaço, mudança quase sempre identificada como um signo de melhora, de limpeza, de

desenvolvimento local. Moradores antigos que são, guardam lembranças do período em que o terreno abrigava a antiga Casa de Detenção e, ao evocarem essas memórias, um determinado imaginário social sobre o crime e o perfil do criminoso foi revelado pouco a pouco. As muitas associações entre os sujeitos encarcerados e uma certa ideia de degeneração moral, as leituras taxativas e desumanizadoras a respeito desse outro e um sentimento de medo que cedeu lugar a um sentimento de alívio após a desativação do Complexo Penitenciário e a sua posterior substituição por um parque, são falas que revelam aspectos e nuances de um discurso mais amplo, de um imaginário social amparado naquilo que Odon (2011) chamou de "sociabilidade autoritária". Conforme o autor:

A sociedade brasileira, por meio dos tribunais, marginaliza a diferença. É o que a ideia de sociabilidade autoritária ajuda a compreender após a análise da relação entre imaginário social e direito penal no Brasil [...]. O princípio que estrutura as relações sociais é historicamente a autoridade, e a forma de estruturação dessas relações pela autoridade (dominação racional-legal) é historicamente a diferença e a hierarquia. A lei e as instituições marcaram e nomearam os eleitos como diferentes e inferiores. Na lei, o ator violento é sempre aquele que não foi corretamente normalizado/socializado, e o direito penal brasileiro sempre o tratou como inimigo. (ODON, 2011, p. 342)

A partir de suas percepções sobre o espaço reconfigurado, o perfil formado por homens brancos moradores antigos do bairro revela, mesmo que de forma muitas vezes diluída, um imaginário social que vê no sujeito encarcerado um inimigo, um ser desviante e imoral, perigoso e amedrontador. O judiciário e o direito penal, ao definirem as fronteiras entre a normalidade e o desvio, entre os indivíduos considerados "bons" e os indivíduos considerados "maus" (ODON, 2011), acaba por reforçar essa imagem e, no limite, é uma das instâncias responsáveis por construí-la.

Por outro lado, ao trazer à tona outras percepções, signos e símbolos, o perfil formado por frequentadores negros (homens e mulheres, adolescentes e adultos, moradores do bairro e de outras zonas da cidade), demonstra tecer outras relações com os sistemas de objetos dispostos no espaço. Da evocação de signos como a canção "Diário de um Detento", do grupo de rap "Racionais MC's", às percepções que dão conta de identificar a repressão policial – seletiva, é importante que se

ressalte – ainda fortemente presente naquele terreno, que em alguns trechos é ainda encarado por alguns eles como o espaço do medo – não o medo dos antigos detentos mas sim de uma reminiscência atualizada, da continuidade da repressão e agressão a que seus corpos estão expostos –, esses sujeitos parecem se defrontar com uma outra faceta do espaço, na qual seus corpos estão submetidos à precedência da *raça* como marcador social de uma diferença experimentada também espacialmente. Podemos entender assim que:

[...] *raça* não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a *raça* se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos. (ALMEIDA, 2018, p. 40).

Avançaremos a seguir para um detalhamento desses relatos, buscando compreender os desdobramentos dessa clivagem racial no que diz respeito aos modos de habitar aquele espaço, de rememorá-lo e produzi-lo no cotidiano, no tempo presente. Para tanto, empreenderemos um esforço de análise e elaboração a partir da discussão em torno de autores como Achille Mbembe (2016) e Jacques Rancière (1996).

### **2.1. Deixar viver ou fazer morrer? Prolongamentos de uma sentença**

Em uma das tantas vezes em que caminhava entre as ruínas do inacabado Carandiru II – quando não sabia ainda do que se tratavam aquelas estruturas – vi se aproximar um homem, aparentemente de meia idade, com dois cachorros com quem passeava. O silêncio quase ensurdecedor, tão característico naquele trecho do parque, foi então brevemente interrompido pelo peso daqueles passos que, um a um, iam fazendo ranger as tábuas daquele esguio deck de madeira. Já próximo de mim, o homem largou a coleira de seus dois cachorros e se apoiou em um corrimão lateral, ensaiando um gesto de espera contemplativa. Aproveitando a sensação que aquele trecho do parque me transmitia, resolvi perguntar a ele se, assim como eu, também achava que o parque possuía certa aparência de abandono. Atento à minha

pergunta, ele logo respondeu que sim, dizendo que o parque era “meio jogado, abandonado mesmo”. Dei continuidade a conversa iniciada e perguntei qual era a sua hipótese sobre o porquê daquele abandono. Sua resposta veio imediatamente após o meu questionamento, na forma de um brusco levantar de ombros.

Me voltei por alguns instantes para aquelas enormes vigas e encarei novamente o concreto misturado às folhas, quando então lhe perguntei: “O que será que tinha aqui antes?”. Enquanto esperava um de seus cachorros urinar, o homem me disse: “Isso aqui era o Carandiru, a penitenciária. Meu irmão trabalhou de segurança no Carandiru, viu muita gente entrar e sair daqui. Todo dia entrava gente aqui. Todo dia morria gente também...”. Conforme ele ia falando, eu ia perguntando mais a respeito. Ele continuou:

“Eu sempre morei aqui no bairro, lembro do Carandiru por isso. Como meu irmão trabalhou lá, ouvia sempre muitas histórias. Aqui morria gente de tuberculose, de AIDS, de facada. Sempre que morria um, entrava outro no lugar.”.

Aproveitei então para lhe perguntar: “E você acha que foi melhor terem construído um parque no lugar?”. Ele me respondeu dizendo: “Não acho nada... bom ou ruim... sei lá”. Antes que eu pudesse fazer qualquer outra pergunta, ele me disse:

“Mas olha, o Parque Ibirapuera é bem melhor, muito melhor. Lá é maior, funciona até meia noite, é melhor pra fazer caminhada, atividade física. Aqui é meio caído, abandonado como você disse. Venho mais pra trazer os cachorros pra passear, e porque é perto de casa mesmo...”.

Quando o assunto parecia encerrado, o homem retomou: “Se eu fosse você, iria lá pro Parque do Ibirapuera. Você já foi lá? É muito melhor mesmo, se eu pudesse só frequentava lá. Vai lá qualquer dia pra você ver...”.

Aquele homem foi capaz de nomear o Carandiru, disse saber de sua existência por sempre ter sido morador do bairro. Visitante mais próximo que é, tem um irmão que chegou a trabalhar na antiga casa de detenção. Em poucos minutos, descreveu brevemente sua imagem sintetizada do Carandiru, falando de uma de suas faces – as mortes diárias – enquanto acariciava seus dois cachorros e lançava



um olhar vago para aquele concreto misturado à vegetação. Era perceptível a naturalidade com que tratava aquelas mortes das quais falava, classificando suas causas em doenças e agressões praticadas entre presos, enumerando-as genericamente (“morria um, entrava outro no mesmo dia”). Não notei de sua parte qualquer tipo de consternação ou pesar enquanto citava aquelas mortes, tampouco algum tipo de desconforto por estar ali naquele momento, passeando naquele terreno onde tantos corpos tombaram diariamente durante décadas.

Tudo parecia natural, as coisas como elas são. As mortes que enunciava não passavam de um aglomerado disforme: mortes, muitas mortes, sem sujeitos, sem rostos definidos; mortos sem história, sem trajetória ou identidade; tuberculosos, aidéticos ou esfaqueados, eram todos mortos amontoados sobre a égide do sistema carcerário. Aliás, a morte precoce parecia um destino natural daqueles não-sujeitos. Nenhuma surpresa, nenhuma inquietação ou o mais remoto traço de indignação. “Morria um, entrava outro no mesmo dia”. O cachorro urinava na terra enquanto o rosto sem expressão narrava o caso dos mortos sem nomes. Estes, aliás, em sua fala não figuravam enquanto homens, eram apenas mortos. Ora, os homens têm movimento, se agitam, deslocam coisas de lugar, caminham em várias direções, marcam a terra, bagunçam as folhas, riscam o concreto, ressurgem nos rastros. Os mortos são apenas mortos, sem história ou feição não são capazes de causar qualquer afecção, não se colocam como uma questão para o presente. De fato, o que ele me contava mais se assemelhava a um acúmulo de dados banais sobre um período sem data ou importância definidas.

De todo modo, o assunto sobre o Carandiru não se sustentou por muito tempo. Ele mesmo comentou sobre as mortes, de forma frígida e automatizada, apresentando em sua fala um forte teor de naturalização, enquanto se entretinha com seus cachorros e caminhava tranquilo pelo interior de uma daquelas antigas estruturas. O centro da conversa logo foi desviado, quando ele insistiu em me convencer que o Parque Ibirapuera era muito melhor do que aquele “parque caído” onde nos encontrávamos naquele momento. A questão central mais parecia ser a matéria em si, em sua superficialidade. Afinal, aquele lugar era agora um parque e, como tal, deveria se esforçar por ser cada vez mais parecido com os outros, com os

grandes parques, como o do Ibirapuera. Não logrando êxito, não haveria o menor problema em considerar suas falhas (enquanto parque, apenas) e admitir a superioridade daquele outro, mais bem equipado, maior em extensão e com um horário de funcionamento mais estendido. Importante também notar que em nenhum momento o homem chegou a incluir em sua contabilidade de *causas mortis* aquelas praticadas pelas mãos do Estado, sejam as mortes cotidianas, sejam as mortes do massacre de 2 de outubro de 1992.

De fato, a morte parece mesmo rondar aquele espaço, fazendo suas aparições de diferentes maneiras. No caso desse relato, na fala e nas lembranças de um dos homens pertencentes ao perfil de moradores brancos do bairro com quem tive a oportunidade de conversar, a morte se apresentou como um signo reificado. A morte precoce como um destino natural daqueles não-sujeitos, daqueles homens sem nome. Os mortos que não são devidamente contados, as mortes incapazes de causar comoção. Como ler então a evocação desse signo naquele espaço e pensar em seus redimensionamentos através do tempo?

O filósofo camaronês Achille Mbembe (2016) pode nos ajudar nesta empreitada, ao nos mostrar os esteios sob os quais se ergue a chamada "necropolítica". Ao demonstrar que a soberania, sobretudo em países periféricos, se dá pelo ditame/controlado de quem deve viver e de quem deve morrer, sua tese retoma um importante conceito foucaultiano, redescobrimo-o e remodelando-o. Assim, Mbembe se utiliza do conceito de *biopoder* para inaugurar uma fenda no olhar lançado sobre os países do chamado sul global, operando uma drástica mudança de perspectiva.

A soberania, vista sobre o prisma do *necropoder*, é entendida não como o controle estabelecido sobre a vida, mas como o controle estabelecido sobre a morte. Neste quadro, o Estado de Exceção se torna uma instância e, para sua reivindicação e manutenção, o poder recorre ao que o autor chama de "noção ficcional do inimigo" (MBEMBE, 2016, p. 128). Trata-se, aqui, do processo de construção de um inimigo fictício, onde emprega-se o racismo como um instrumento deliberado de

diferenciação e estigmatização de determinados corpos, corpos esses que serão considerados matáveis.

Desse modo, é possível que entendamos o massacre de 2 de outubro de 1992 como uma ação de *necropoder*, como a execução de uma política de morte. É o Estado Brasileiro proclamando em alto e bom som a sua soberania, escolhendo quais vidas são indesejáveis/descartáveis, justificando suas ações de extrema violência e, como solução final, de extermínio desses corpos racializados/estigmatizados. Se recorrermos aos 111 laudos necroscópicos do Massacre do Carandiru, constataremos que "a prevalência dentre os mortos é de afrodescendentes" (CHRISTOVÃO, 2015, p. 146), o que indica que, naquela ação bárbara promovida pelo Estado, o processo de construção desses corpos como inimigos se operou pela instrumentalização do racismo.

De todos os interlocutores com quem estive em campo, apenas uns poucos chegaram a citar o massacre, a reavivá-lo pela lembrança. Todos eles negros. Entretanto, a morte e outros signos adjacentes foram evocados pelo perfil de frequentadores formado por homens brancos moradores do bairro, que pareciam querer cada vez mais distantes estes outros corpos (os sujeitos encarcerados), privando-os de qualquer traço de humanidade. Nas palavras de Mbembe:

As maneiras de matar não variam muito. No caso particular dos massacres, corpos sem vida são rapidamente reduzidos à condição de simples esqueletos. Sua morfologia doravante os inscreve no registo de generalidade indiferenciada: simples relíquias de uma dor inexaurível, corporeidades vazias, sem sentido, formas estranhas mergulhadas em estupor cruel. [...] Nesses pedaços insensíveis de osso, não parece haver nenhum vestígio de 'ataraxia': nada mais que a rejeição ilusória de uma morte que já ocorreu [...]. (MBEMBE, 2016, p. 142).

Após um incontável número de vezes, novamente eu passava pelo *playground*, agora notando a presença de um monumento com uma tímida placa onde pode-se observar algumas inscrições. Obra recente que é, possui um letreiro pequeno onde se lê a data de instalação (06/03/2016) e seu nome destacado em negrito: "Sonho de Liberdade". Trata-se de uma homenagem ao antigo governador de São Paulo, Mário Covas, um dos entusiastas e idealizadores do Parque da

Juventude. Logo abaixo, lê-se a seguinte inscrição: “Aqui neste local encontrava-se o pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru”. Numa letra muito miúda, um brevíssimo resumo do que fora o Carandiru, descrito como uma cadeia pública que, após os anos de 1950, experimentou um período de decadência e rebeliões que culminaram no que foi descrito como “fatídico massacre de 1992”. Nenhuma palavra a mais, nenhuma consideração sobre o que de fato foi aquele massacre, apenas a citação de nomes como os de Ramos de Azevedo e Getúlio Vargas, respectivamente o arquiteto responsável pela construção do presídio e o presidente brasileiro responsável pela mudança no nome da penitenciária, que deixou de se chamar “Presídio Político da Capital” para tornar-se a “Casa de Detenção de São Paulo”.

Fica explicitado, ali, o orgulho pela substituição da antiga cadeia pública, palco de um "fatídico massacre", por um parque que guarda consigo o "sonho de liberdade". Fatídico carrega o sentido de tragédia, de infortúnio, mas, por outro lado, não revela nada além de um evento previamente decidido pelo destino. Um evento trágico, no entanto esperado, já profetizado. Em outras palavras, um acontecimento inevitável. Descrever o massacre de 2 de outubro de 1992 como fatídico significa atenuar seu conteúdo mais torpe, significa exaurir qualquer possibilidade de responsabilização do Estado e de sua "necropolítica", diluindo o peso real de uma dor inextricável. Em letras minúsculas, mesmo para aqueles que driblam a miopia e se esforçam em enxergar aquilo que foi ocultado, a resposta dada pelos monumentos não permite qualquer possibilidade de reparação simbólica pela memória, não permite sequer que se reconheça alguma necessidade de reparação, já que se trata, ali, de um evento tido como inevitável, traçado pela força de um destino irreconhecível e inacessível, destituído de qualquer atributo que lhe permita o julgamento.

Em um outro momento em campo, enquanto eu caminhava pelo descampado numa tarde ensolarada – próximo à área onde encontram-se o *playground* e o monumento descrito acima –, vi chegar um homem com dois cachorros de porte grande. Agitados, os dois cachorros corriam atrás de uma bola de forma desengonçada. Entre uma corrida e outra, acabaram esbarrando em mim que, num

gesto de interação, resolvi arremessar a bola de volta. Notando meu desejo em seguir com a brincadeira, o homem se aproximou de mim e iniciou uma conversa despreziosa sobre cachorros, brincadeiras com bola e afins. Entre uma graça e outra com a dupla de *golden retrievers*, perguntei a ele se gostava de trazer os cachorros para passear ali e se considerava o parque apropriado para deixar dois cachorros de grande porte brincarem soltos. Ao responder minhas perguntas, o homem fez questão de exaltar as qualidades do parque:

"Ah, o parque é bom pra trazer os *dogs*, né? O parque aqui ficou muito bom, a área verde é ótima, tem esse espaço bom aqui onde a galera traz os cachorros. Sempre tem gente aqui com cachorro de tudo que é jeito, e eles se divertem muito... O parque aqui é legal pra eles".

Investi em saber mais a respeito de suas impressões sobre o parque, quando o homem então comentou:

"Eu moro aqui desde moleque, lembro de quando tinha a prisão aqui. O lugar era feião, tinha uma aparência péssima. Eu morava ali pra cima, do quintal de casa dava pra ver as grades da prisão. Quando eu era garoto, costumava pegar um espelho e refletir a luz do sol pros caras, tentando me comunicar. Nossa, minha mãe ficava furiosa, não gostava que eu tentasse fazer contato com os cara lá de dentro, mesmo que na zoeira assim...".

Demonstrando interesse em ouvi-lo, pedi que me contasse mais sobre a história daquele local. Ele então prosseguiu:

"Eu me lembro de umas coisas. No dia de visita, por exemplo, essa avenida aqui enchia de gente, lotavam a Cruzeiro do Sul com uma fila interminável nos dias de domingo. Era uma gente muito esquisita, nossa... A gente aqui no bairro esperou muito por esse parque, a gente até achou que não fosse sair. O bairro valorizou muito depois que inauguraram esse parque aqui. O Alckmin<sup>6</sup> mandou bem, cara. O parque ficou ótimo, as áreas são muito boas, ele é bem grande, conseguiriam aproveitar a área toda muito bem...".

Aqui nos deparamos com um antigo morador do bairro (homem branco, com aproximadamente 40 anos) que, ao evocar suas memórias sobre o local, explicita sua satisfação pela mudança que reconhece ter sido operada no espaço. Ao recordar aqueles sujeitos e suas famílias como "uma gente muito esquisita", ao

---

<sup>6</sup> Ex-governador do Estado de São Paulo. O Parque da Juventude foi inaugurado em sua segunda gestão, em 2003.

rememorar a antiga penitenciária como um lugar feio, de aparência péssima, se demonstrando aliviado pelo fato do Governo do Estado de São Paulo ter empreendido ali uma drástica transformação, valorizando finalmente o bairro, o homem traz à tona uma dada leitura sobre o cárcere e sobre os homens que ele abriga. Essa leitura se aproxima daquela descrita por Frantz Fanon (1991), quando este descreve os olhares sobre a cidade do colonizado: “É um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros” (FANON 1991 apud MBEMBE 2016, p. 39).

Ao trazer suas percepções à tona, frequentadores negros (homens e mulheres, adolescentes e adultos, moradores do bairro e de outras zonas da cidade), parecem mobilizar outros signos, símbolos e afetos, parecem revelar outros medos e inquietações, todos muito diferentes daqueles evocados pelo perfil formado por moradores brancos do bairro. Nos concentremos agora em seus relatos e percepções sobre aquele espaço.

Em uma das passagens pela área institucional do parque, parei para conversar com uma trabalhadora terceirizada. Era uma mulher negra, funcionária da equipe de limpeza. Após algumas trivialidades, o passado daquele lugar despontou como o assunto principal de nossa conversa, quando ela me revelou ter estado no Carandiru no dia do massacre. Surpresa, eu pedi a ela que me contasse sobre o episódio. Ela então me disse:

"É, eu tava aqui no dia. Eu tinha vindo visitar meu marido, passei a noite de 1 pra 2 de outubro aqui. No dia, quando o clima começou a esquentar, eles fecharam tudo, ninguém mais circulava de um pavilhão pro outro. A gente ficava sabendo o que tava acontecendo pela tv, de dentro das celas. A gente passou horas assim, sem fazer ideia do que ia acontecer. Daí começou tudo... mandaram o choque entrar... não teve tempo pra mais nada. Eu e meu marido só nos salvamos porque a gente correu pro último andar do pavilhão e nos trancamos numa cela lá. Eles chegaram atirando nos andares de baixo. Depois que acabou a matança, eu lembro de descer e ver aquele monte de cabeça decapitada dentro de um latão".

Atordoada pelo conteúdo daquele relato, procurei entender melhor a situação descrita pela mulher, e então perguntei: "Isso tudo foi no pavilhão 9? Você e seu

marido estavam no pavilhão 9 no momento do massacre?". Ela me respondeu dizendo:

"Sim, a gente tava lá. Meu marido era do pavilhão 9, quer dizer, meu ex-marido! Não tô com ele mais não, tá? A gente se separou faz tempo já. Mas então, antes deles fecharem o acesso a gente até conseguiu circular pelos outros pavilhões, mas depois teve que ir cada um pra sua cela... E eu tava lá com ele, tinha passado a noite lá por conta da visita íntima..."

Ao perceber pouca emoção em sua fala, como se o episódio narrado fosse mais um dos eventos cotidianos, resolvi perguntar a ela: "E como foi pra você voltar pra cá? Como foi vir pra cá trabalhar e descobrir que tinham construído um parque aqui?". Com um sorriso tímido no rosto, a mulher balançou levemente a cabeça e então respondeu:

"Ah, no começo foi estranho. Eu fiquei com um pouco de medo de voltar aqui, de ficar lembrando o que tinha acontecido. Mas aí eu cheguei aqui pra trabalhar e não parecia em nada com o que era a prisão. Nem parece que o pavilhão 9 ficava ali na frente, tem um parquinho ali agora, um monte de criança brincando... Não dá pra lembrar, não... Eu nem penso mais nessas coisas, é bem tranquilo vir pra cá trabalhar".

Depois de um breve momento de silêncio, eu retomei a conversa indagando: "Tem aquelas ruínas ali mais pro meio, né? Você costuma passar por lá?". Ela me respondeu:

"Ai, não gosto de andar lá, não. Tudo bem que o Carandiru era só nessa parte aqui da frente, o pavilhão 9 ficava ali no parquinho, mas sei lá... dá um negócio ruim andar ali, eu acho meio estranho. Eu não gosto de ir lá, mas vira e mexe tem um pessoal que vem fazer aqueles negócio de foto lá, umas fotos de casamento, de debutante. Nossa, fica tão lindo, cê tem que ver como ficam lindas as fotos que o pessoal faz lá..."

No dia seguinte, durante uma caminhada entre a área esportiva e a área central, avistei dois adolescentes negros que aproveitavam o dia pouco movimentado para fazer algumas pichações pelo parque. Se tratava de uma garota e um rapaz, que se revezavam a fim de dar cobertura um para o outro e assim não serem vistos pelos seguranças ou pelos policiais. Me aproximei puxando uma conversa despretensiosa, perguntando do que se tratava aqueles símbolos pichados

por eles. Nenhum dos dois quis me explicar o significado dos símbolos, mas ambos foram categóricos em me pedir descrição para não chamar a atenção dos agentes de segurança. Ao ser questionada por mim sobre o passado daquele local, a garota me disse, em tom de incredulidade: “Ué, você nunca ouviu 'Diário de um Detento'? Oxi, você é de São Paulo? Não tem como ser de São Paulo e nunca ter ouvido 'Diário de um Detento'. Isso aqui era uma prisão, mó fita. Teve até um massacre”. Eu queria escutar mais do que tinham para dizer, mas os dois pareciam mais entretidos com o que estavam fazendo antes de eu me aproximar. Entre uma pichação e outra, a menina apontou para as ruínas do Carandiru II e comentou comigo: "Ali, ó, não anda ali, não. Ali é mó perigo da gente ser estuprada".

Habitando aquele espaço de uma outra maneira, frequentadores negros – ao menos grande parte daqueles que tive a oportunidade de ouvir – revelam outras inscrições de corporeidade, depreendem outros sentidos a partir da situação de seus corpos no espaço vivido, movendo objetos de lugar e encontrando para eles outros significados. No caso da mulher que confessou ter presenciado o massacre, surpreendem os detalhes dados por alguém que viu (e sentiu) com os próprios olhos o horror daquele dia funesto. O medo de voltar ao local e reviver suas lembranças logo cedeu lugar à imposição arquitetônica, narrativa e estética de um parque que substituiu com cimento, crianças e árvores as antigas edificações e seus mortos empilhados. Impossibilitada de se haver com suas próprias memórias, de recordá-las e elaborá-las, a mulher se viu impedida de se entender com um trauma que, ao ser amputado de seu sentido coletivo, teve desmantelado também o seu sentido individual. Restou, assim, uma memória sem lugar para a elaboração, uma memória que, ao confundir-se com o novo espaço, com seus escorregadores, balanços e gangorras, se esfarelou e terminou por juntar-se aos grãos de areia sobre os quais brincam as crianças.

Seu marido, corrigido após certo tempo como "ex", foi obrigado também a se reacomodar em suas lembranças. Num golpe certo, a narrativa em que se funda aquele novo espaço, em que se funda a sua transfiguração, acabou impelindo a mulher à vergonha. Admitir ter sido casada com um detento parece ser um erro grave de conduta, um erro passível de profunda reprovação. "Não tô com ele mais



não, tá? A gente se separou faz tempo já". Na tentativa de afastar o afeto que um dia supriu por aquele homem, de deslocar para um tempo remoto aquela história conjugal, a mulher terminou por reproduzir um estigma social, encarando o sujeito encarcerado (num sentido amplo e genérico) como um sinônimo de má companhia, como alguém carente de virtudes, degradado afetiva e moralmente. Assim, acabou não só desumanizando aquele homem mas sua própria história com ele.

Marcado por contradições e antagonismos, esse cenário é ainda acentuado pelo estigma a que seu próprio corpo está exposto, uma vez que outro frequentador, pertencente ao perfil de moradores brancos do bairro, taxou não só os presos mas também seus familiares (e todos aqueles que os visitavam na prisão) como "uma gente muito esquisita". É importante que reconheçamos, portanto, a força motora e acomodadora da ideologia dominante, presente em cada canto e aresta daquele espaço reconfigurado. Nas palavras de Almeida (2018, p. 52 e 53): "Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade".

Por outro lado, há a persistência do medo como um signo, sobretudo aquele encarnado em determinados trechos do parque. Seja na fala da adolescente, seja na fala da trabalhadora terceirizada, as ruínas do Carandiru II figuram como um dos locais onde se materializa esse medo. É assim que a efetividade na transformação do espaço aparenta ser deslocada, quando frequentadores negros continuam a experienciar as muitas formas de um medo que, entre descontinuidades e permanências, ainda insiste em lançar suas sombras sobre esses corpos.

## **2.2. Da resistência às novas formas de imaginação política**

É nesse contexto que observa-se um tipo específico de rugosidade<sup>7</sup>, responsável por revelar marcas que "não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais [...]"

---

<sup>7</sup> Conceito cunhado por Milton Santos. Refere-se às marcas de um outro tempo que persistem no espaço.

(SANTOS, 1999, p. 43). Trata-se da permanência de um tipo específico de violência, manifestada pela atuação seletiva de uma polícia visivelmente racista.

Como exemplos dessa atuação, temos a observação de dois eventos opostos: em um dia de muito sol, quando acompanhava a movimentação das crianças e dos policiais em torno do *playground*, pude notar a presença de uma criança dentro da base móvel de polícia. Voltei os olhos discretamente para dentro do carro e vi que ali estavam a criança e um policial, sentados juntos enquanto tomavam um refrigerante. Se tratava de um menino loiro, com uma idade aproximada entre 6 e 8 anos. O policial sorria e brincava com o garoto, que também retribuía os gestos carinhosos; enquanto caminhava em direção às quadras, já no cair daquela noite, pude notar uma situação completamente avessa. Nos 15 minutos que antecederiam o fechamento do parque, policiais e seguranças pediam aos visitantes que se organizassem para ir embora, alertando sobre o fechamento dos portões. Recebendo um tratamento aviltante, diferentemente dos outros frequentadores, um grupo de meninos negros que jogava basquete em uma das quadras foi enxotado dali de forma agressiva pelos policiais, que chegaram a intimidar e a dar empurrões nos garotos para que saíssem logo.

Ali, a permanência ostensiva da polícia militar e do tratamento aviltante que dedica à parcela negra dos frequentadores – apesar da drástica transformação arquitetônica – produz um claro conflito entre o slogan propagado pelo parque, com seu apelo a símbolos de educação, cultura e lazer destinados à juventude, e as diferentes formas de violência a que corpos negros estão expostos ao entrarem naquele terreno, sobretudo os mais jovens. Configurando uma relação de atrito permanente com esse público específico, a atuação da polícia ali passa a ser reconhecida por parte desses jovens como um signo de continuidade das violações experimentadas por eles no cotidiano, mas não só: entre aqueles que são capazes de identificar o Carandiru e transvê-lo no espaço, essa atuação é também associada às violações praticadas nos presídios, especialmente aquelas que foram praticadas no Carandiru.

Talvez resida aí um dos poucos pontos em que vemos ser operada uma conexão clara entre passado, ausência e presente, quando esses corpos passam a reconhecer que são eles, ainda, os inimigos construídos naquele e por aquele espaço. Contrariando a força ordenadora dessa violência a que estão expostos, contrariando as imposições narrativas, arquitetônicas e estéticas do parque, parte desses jovens, em sua maioria negros e periféricos, organizam a batalha de *rap* "Parque dos MC's", que acontece todos os domingos, a partir das 16hs, no pátio frontal do Parque da Juventude. Ali, suas corporeidades podem finalmente romper com o curso dos processos de ocultação, dispersão e fragmentação dessa memória marginalizada, produzindo, a partir de um tipo específico de história oral – pelo ato da fala e da rima –, uma reacomodação dessas "memórias subterrâneas" (POLLAK, 1989), que passam não mais a jazer sob o solo, mas a reaparecer com força sobre ele.

Jacques Rancière (1996) pode nos ajudar a dimensionar os significados criados e operados por essa batalha de *rap*, a dimensionar o lugar ocupado por ela nessa nova forma espacial. Ao analisar a história da democracia ocidental, o autor aponta para a existência de inúmeras clivagens que passaram a se impor a partir de uma lógica de consenso, de uma igualdade homogeneizante e de um direito de fala restritivo, quando uns poucos privilegiados puderam de fato usufruir da força motora da palavra transformada em discurso. Rancière (1996) ressalta, ainda, o que seria o papel potencial do dissenso, aqui não entendido como o desconhecimento ou a imprecisão da fala, mas como a possibilidade de retradução do mundo a partir de percepções antes descartadas. A essa noção de dissenso se soma a ideia de partilha do sensível, responsável por dar forma conceitual às experiências sensoriais de ser e estar no mundo. Partilhar o sensível significa, antes de tudo, partilhar de um mundo comum onde a sensorialidade se realiza pelas experiências da diferença. Assim, dissenso e partilha do sensível são antes pares complementares, pares esses que se conjugam num processo de subjetivação política.

É no dissenso que se questiona a parte daqueles que foram privados do direito à palavra, é nele que se reclama a devida participação nesse complexo esquema sensorial, nesse regime de visualidade e visibilidade. É apenas pelo

dissenso que a partilha do sensível pode ser reconfigurada e re-partilhada, que os sujeitos sem parte podem finalmente se desidentificar com seus lugares subalternos pré-estabelecidos e, então, se identificar com outros lugares (espaciais, simbólicos e enunciativos). Nesse novo esquema, o ato mesmo de reivindicar, de colocar em questão as condições de desigualdade, se firma enquanto a brecha em que se pode instaurar o verdadeiro sentido da política, quando o próprio ato de existir (e resistir) é redimensionado pelo reclame da existência dos marginalizados como uma existência legítima. É aí, então, que mora o deslocamento essencial, onde a polícia cede lugar para a política, nesse caso a política como forma de emancipação.

Para Rancière (1996), é preciso ainda que se esclareça, há uma clara distinção entre o que o autor chama de polícia e política. A Polícia se refere a tudo aquilo que está circunscrito ao campo da dominação e da exploração, seja a repressão, o controle social, o cotidiano ou o próprio ordenamento socioespacial em que se funda, se inscreve e se prescreve o capitalismo. A política, por sua vez, essa raridade, essa fenda, essa possibilidade de movimento e tensionamento, surge apenas na medida em que aqueles que foram destituídos da palavra finalmente lançam mão da enunciação, quando finalmente produzem um discurso. É nessa fenda enunciativa que espaços, ditames e hierarquias são finalmente arrombados.

A utopia, outro elemento central na concepção rancièreana de política, constitui caminho de ida e volta em direção aos processos de sublevação. É preciso, como nos diz Rancière (1996), politizar a utopia, imaginá-la, elaborá-la e produzi-la como emancipação. Para tanto, a utopia deve ser encarada a partir de formas concretas de organização e, ao mesmo tempo, deve ser capaz de reconfigurar os mundos possíveis. O que seria, então, a batalha de rap "Parque dos MC's" senão uma forma concreta de organização, capaz de reconfigurar a experiência sensorial naquele espaço, de alçar os destituídos da fala ao poder de transformar em discurso a palavra, de lapidá-la em forma de rima? Como nos diz Rancière:

Fazem o que para estes era impensável: instituem uma outra ordem, uma outra divisão do sensível, constituindo-se não como guerreiros iguais a outros guerreiros, mas como seres falantes repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam a eles. Executam assim uma série de atos de palavra [...]. Em suma, comportam-se como seres que têm nomes. Descubrem-se, ao modo da transgressão, como seres falantes, dotados de

uma palavra que não exprime simplesmente a necessidade, o sofrimento e o furor, mas manifesta a inteligência. (RANCIÈRE, 1996, p. 37 e 38)

Esses atos de palavra permitem, portanto, que sejam articuladas as experiências desses sujeitos antes descartados, marginalizados, desse contingente antes considerado como "nada". Nas batalhas, esses jovens questionam a reestruturação do espaço, criticam veementemente a opressão a que estão expostos no cotidiano – sobretudo a violência policial –, imaginam e reinventam outros mundos possíveis, articulam análises sobre o passado e o presente, relembram seus mortos e firmam um compromisso com a resistência diária. Desse modo, é possível que as experiências desses sujeitos no presente sejam articuladas também às experiências daqueles que os antecederam no tempo e no espaço, incluindo os próprios homens que tiveram suas liberdades privadas, seus direitos anulados e seus corpos violados no cárcere, incluindo aqueles que tiveram suas vidas arrancadas e suas memórias negadas. É possível, assim, que pela rima e pela improvisação haja um encontro revolucionário entre essas diferentes temporalidades.

Marcados pela dimensão territorial, histórica, afetiva e ancestral, esses corpos comungam experiências, práticas, memórias e saberes. Juntos, constituem aquilo que Benjamin (1987) chamou de "tradição dos oprimidos". Na medida em que anunciam novos lócus enunciativos, imaginam politicamente outros modos de habitar aquela espacialidade, de nomeá-la, interpretá-la e codificá-la, esses sujeitos das margens promovem, como nos pode fazer crer uma leitura rancièriana, um alargamento do *logos*, um alargamento simbólico e material, audível, visível e tátil. Fazem política porque reclamam uma existência legítima, porque alçam suas falas, experiências e saberes (em forma de rima improvisada) ao seu devido lugar de reconhecimento dentro do sensível partilhado.

E é assim, enquanto “pedra da memória”, ou seja, “na forma como [...] vivem e se apropriam dos lugares, os rememoram e os recriam, construindo e reconstruindo a sua cidade vivida e lembrada” (BARBOSA, 2012b, p. 103), que esses jovens articulam uma resistência àquilo que o espaço transmutado tenta, de

forma persistente, apresentar como sendo um conteúdo unívoco e homogêneo, às suas táticas de dispersão, fragmentação e ocultação de histórias e corpos. Restabelecem, em última medida, uma conexão entre as memórias subterrâneas e o espaço, compreendendo que a disputa pela memória se traduz também em uma disputa pelos sentidos daquilo que se apresenta como forma e conteúdo.

A seguir apresento a transcrição de uma das batalhas ocorridas durante a batalha de rap "Parque dos MC's". A transcrição corresponde à uma batalha de conhecimento, quando um dos ouvintes da platéia sugere um tema e os MC's presentes têm que desenvolver as rimas a partir dele. Nesse caso, eu fui a ouvinte a sugerir o tema, que foi "Carandiru".

*MC 1:* Aí, aí... É dois versos cada um? Dois versos? Dois versos? Aí, aí, han, han... O tema jogado foi Carandiru, sabe que nessa fita já morreu vários tru, desse jeito memo eu vou chegando nesse evento, tipo Carandiru, quem quer conhecer só assistir diário de um detento.

*MC 2:* Ouvir diário de um detento ou ver um filme sobre a detenção, Slim chega aqui libertando um trilhão, porque é desse jeito na parada, Slim também manda tema na rima improvisada.

*MC 3:* 14 de abril de 2019, aqui no Carandiru em frente os homi, mas tem que tá sempre ligeiro com os robocop, porque eu não confio nos homem de uniforme.

*MC 4:* É isso memo, parceiro, não deixo pá depois, quem dera se aqui fosse 92, como é que nós ia tá? Ia tá tudo preso, queria ver um entrar e sair ileso.

*MC 5:* Sair ileso no improvisado, no Carandiru morreu vários escravo, vários presidiário, quem vem e paga de babaca com esses otário.

*MC 1:* Han, han, aí, aí... Mas calma que eu explico dentro dessa sina, aqui nessa parada rolou até uma chacina, tipo desse jeito, meu mano não atrapalha, os cara bat... [erra a rima]... atirou em presidiário só pra ganhar uma medalha.

MC 2: Pra ganhar uma medalha mataram vários na detenção, e hoje em dia tamo aqui passando informação, entendeu? O legado tá passando em frente, não deixar que seja esquecido vários irmão.

MC 3: Nada mudou, só o tempo que é moderno, e o Fleury ainda sorri no inferno, cê tá ligado essa herança não é riqueza, entre Carandiru, Santana e Portuguesa.

MC 4: É São Paulo, tem blazer e tem os ROCAM, e tem os cara que admira e idolatra o coronel Ubiratan, até de manhã fazendo daqui um inferno, tem coisa que os cara não anotaram no caderno.

MC 5: Demorô, demorô, não anotaram no caderno, vou improvisando, se eu tomo enquadro é: "tá com dinheiro? e cê voltou do trampo? cê é neguinho? que que eu tô falando? é, cê tava o que? tava traficando?".

MC 1: Não, aí, aí... Pra sobreviver na cadeia tem que ser resistência, eu até admiro, só que o cara morreu e a mãe foi visitar, han... e cadê o filho? Cê sabe que agora, mano, foi até contraditório, a mina foi visitar o filho, han... visitar no velório.

MC 2: Você tá ligado que eu não tenho a destreza, eu esqueci o que eu ia falar, mas até então... agora que eu lembrei na improvisação...

MC 3: Carandiru virou parque e não mudou quase nada, quando eu passo por aqui a atmosfera tá pesada, eu lembro do passado e fico inconformado de elegerem Bolsonaro.

MC 4: Tá tão quente, deserto do Saara, eu fico vendo os metrô sentido Jabaquara, e até parece que eu tô dentro da prisão, então eu digo: "a queda a opressão".

MC 5: É, demorô, demorô... Carandiru, não é em vão que nós tá aqui, até porque a folia vai ser perto dos MC, né não, parceiro? Porque eu falo no *free*, só MC que cola aqui.

MC 1: Só MC que cola aqui, sabe é desse jeito eu vou explicando nesse *free*, mas sabe que o meu verso não é comum, e Hitler no Carandiru naquele dia só seria até mais um.

MC 2: É... o que não escreveram na história só dá pra ver, até porque hoje em dia tem gente que nem lê, porque se tivessem lido com certeza Bolsonaro não era nem escolhido.

MC 4: Carandiru aqui na capital, o lugar que até o diabo perdia a moral, perdia a moral, tremia os pelo até do... é, e pode pá que era na zona norte, mas os cara vinha até da zona sul.

MC 5: Da zona sul, eles até ficavam com a mão no cu, pode pá, na moral, até porque eles ficava com medo e ainda passava mal.

MC 1: Até passava mal porque a situação é precária, calma que o rap de hoje em dia de prisão tem que ter uma faixa etária, sabe que no verso, mano, eu olho e já assusto, porque essa porra não é pra criança, só sobrevive lá quem é adulto.

MC 2: É... esse parque não é pra criança, o que aconteceu na detenção com certeza hoje em dia sobra assombração, cê entendeu como é que foi pesado? Mesmo assim tamo aqui honrando o legado.

MC 4: Quem é 13 dentro do coração, ainda é dia, eu sou o menor, eu sou fundação, sabe por que? Te falo que a questão, quantos desse levantaram em todo Brasilão?

MC 5: Essa é a fundação na improvisada, invés de ir pra Fundação Casa, né não, parceiro? Na improvisação, cê vai pra Fundação Casa e ainda é em vão.



### 3 ENSAIO VISUAL

Este Ensaio Visual<sup>8</sup> foi realizado a fim de capturar de modo sensível as mudanças ocorridas no espaço. Considerando a importância de se resgatar essa história implodida e confrontá-la com a disposição atual na qual se inscreve a composição espacial, o ensaio se utiliza de “recortes temporais” para trabalhar as imagens responsáveis por caracterizar os dois períodos contrastantes. Logo, fotografias produzidas ao longo da pesquisa (no atual Parque da Juventude) foram somadas a imagens de arquivo (do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru), resultando em um trabalho de sobreposição de imagens e tempos. A intenção é promover, entre outras coisas, um “encontro” entre os sujeitos que ali viveram seus anos de cárcere e os frequentadores que hoje transitam e desfrutam do parque.

Compreendendo a investigação dessa lacuna socioespacial enquanto possibilidade de ampliação desse olhar a ser lançado sobre o mundo e seus elementos, aqui a cidade em particular, o ensaio visa “abrir” uma nova janela da visão, do olhar antropológico, assumindo o seu lugar tal qual definido por MacDougall (2009, p. 68): “Quando olhamos, estamos fazendo algo mais deliberado do que ver e, no entanto, mais desprotegido do que pensar. Estamos nos colocando num estado sensorial que é ao mesmo tempo de lacuna e de consciência elevada”. O ensaio procura se debruçar, ainda, sobre essa ausência quase nunca diagnosticada, lançando luz sobre um vazio que pulsa e lateja, vazio esse que, aqui, não constitui objeto de reflexão enquanto realidade passada, mas como realidade atual e nominada. Desse modo, podemos entender que o espaço de produção das imagens nesse contexto “serve também à reflexão, desde que pensado como o lugar do encontro e possibilitando, dessa forma, um entendimento [...] de imagens ou narrativas audiovisuais como inseparáveis da produção de questões teóricas no âmbito de uma pesquisa etnográfica”. (BARBOSA e CUNHA, 2006, p. 21). Busca-se, assim, ampliar o campo de visão e propor uma abordagem da memória que não só evoque o passado, mas que questione e provoque o presente.

---

<sup>8</sup>As imagens que compõem esse ensaio (com exceção da sexta imagem) foram reunidas em um ensaio fotográfico intitulado “A ausência como representação: um ensaio sobre a memória Carandiru”, agraciado com o 2º lugar do Prêmio Pierre Verger 2020 da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).”



"Desembarque"<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: Itamar Miranda (Jornal O Estado de S. Paulo, 05/10/1992).



"Portão principal"<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: Arquivo Diário de S. Paulo (02/10/1992).



"Corpos e vigas"<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: DR - Notícias ao Minuto, s.d.





"A cela vista de dentro"<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>Autoria da imagem utilizada como base para a sobreposição: João Wainer, s.d.



"Contagem dos corpos"<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: Hector Babenco, filme "Carandiru", 2003.

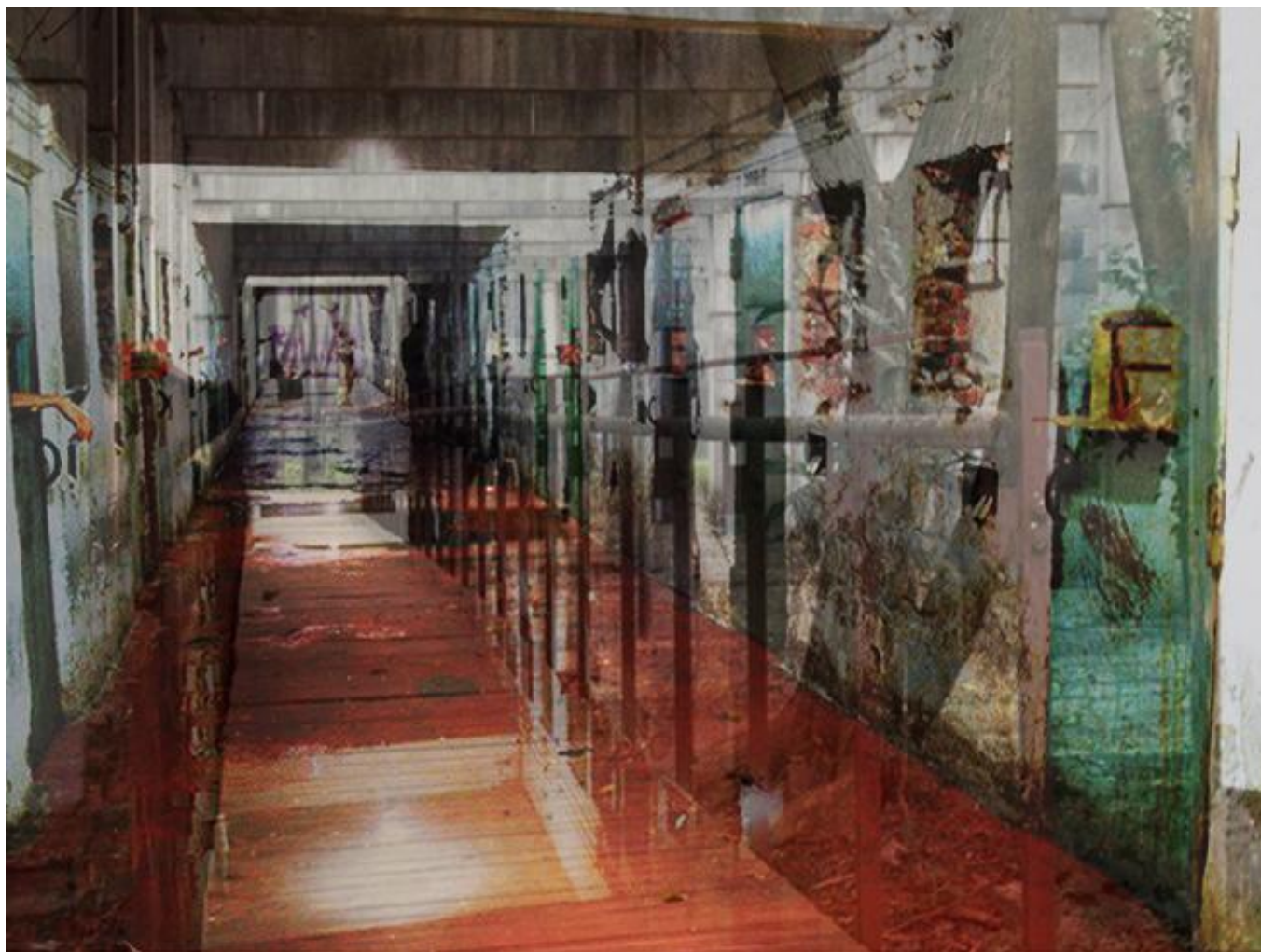




"Por detrás do muro"<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: Evelson de Freitas (Folha Imagem, 18/02/2001).



"Corredor dos excluídos"<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: Niels Andreas (Folhapress, 02/10/1992).





"Pausa para descanso"<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup>Fonte da imagem utilizada como base para a sobreposição: TV Brasil, documentário "Carandiru, as marcas da intolerância", 2012.

## CONCLUSÃO

A implosão da maioria dos pavilhões do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru e a sua posterior substituição por um parque se colocou como questão de partida para esta pesquisa. Ao me perguntar pela(s) memória(s) atualmente em disputa naquele espaço, procurei analisar as narrativas que hoje se fazem presentes e possíveis a partir da passagem pelo local, buscando conhecer as percepções daqueles que o frequentam, seja a trabalho ou a lazer. Ao encarar esse espaço para um esforço de elaboração simultaneamente científico e sensível, tive que me deparar com a seguinte questão: como pensar os caminhos da memória em uma espacialidade alterada?

Me utilizando da etnografia e da produção de imagens, busquei enfrentar essa questão por diferentes caminhos. Como hipótese inicial, o projeto de implosão e posterior substituição do presídio por um parque foi aqui suposto como um processo de apagamento. Um apagamento sensorial e material, disputado narrativamente e consagrado pela força coesiva de uma ideologia dominante. Os resultados a que cheguei, detalhados e discutidos ao longo desta pesquisa, dão conta de confirmar essa hipótese.

Ali, os processos de desestruturação e reestruturação espacial se operaram de tal forma que os sentidos e os corpos se viram impossibilitados de encontrar as devidas brechas para a fruição, se operaram de modo a dificultar que, pela memória, pudessem conectar o ambiente habitado/vivido/percorrido ao reconhecimento de uma ausência latejante. Nesse espaço reconfigurado, espaço esse que oculta os rastros e despista os sentidos, a circularidade da dialética “*passado, ausência, reconhecimento*” é muitas vezes amputada antes que seu processo de síntese possa ser realizado. Assim, o espaço tende a jogar com uma ausência invisibilizada e invisibilizadora.

Além disso, ao verificar nas falas de meus interlocutores em campo a evocação de diferentes signos e símbolos e ver o surgimento de percepções que davam conta de assinalar dois perfis distintos quanto às experiências desses corpos

no espaço, pude constatar a presença da *raça* como um importante marcador – marcador de uma diferença de lócus enunciativo e de uma diferença espacialmente experimentada, sobretudo pelas formas de conceber e habitar aquele espaço transfigurado e de se relacionar com ele.

Entre o perfil formado por homens brancos, em sua maioria antigos moradores do bairro, as percepções sobre o parque eram quase sempre positivas, com destaque para aquilo que narravam como um signo de melhora e de valorização local, além de apresentarem leituras taxativas e desumanizadoras sobre os sujeitos em privação de liberdade. Já no perfil formado por frequentadores negros, as percepções a partir da passagem pelo espaço davam conta de revelar um tipo específico de medo, a evocação recorrente de símbolos do *rap* brasileiro e, em alguns casos, o reconhecimento da repressão policial ainda persistente naquele local.

Ao mobilizar o conceito de *necropoder* para aprofundar a análise das narrativas que se enunciaram a partir da passagem por aquele espaço, pude ainda constatar que, como resultado da reestruturação espacial ali operada, a política de morte empregada pelo Estado terminou por se prolongar, seja por uma tentativa sistemática de apagamento dos mortos, seja por um processo de normalização, de naturalização das mortes. Ao não empreender uma política de reparação simbólica comprometida com a memória das vítimas do massacre perpetrado ali, o projeto de implantação do parque terminou por compactuar com a perpetuação daquelas mortes no tempo e no espaço.

Por outro lado, como forma de resistência, um grupo organizado em torno de um batalha de *rap*, formado em sua maioria por jovens negros e periféricos, reivindica ali um outro lugar dentro do esquema sensorial em que se assenta o parque, negando o lugar que ocupariam enquanto inimigos ou alvos do espaço (e do próprio Estado) e abrindo potentes brechas enunciativas, produzindo outros discursos, disputando narrativas e elaborando suas próprias histórias a partir da fala cepilhada em forma de rima. É na batalha de rap "Parque dos MC's" que vemos "memórias subterrâneas" reaparecerem com força sobre o solo concretado,

permitindo que o espaço e seu jogo de ocultação e despistamento sejam questionados e possibilitando que suas estruturas sejam, enfim, balançadas.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, Andréa. Cinema e memória ou ainda por uma memória canibalizada da cidade. **Imagens da Cultura, Cultura das Imagens**, VI. 1 ed., p. 378-383. São Paulo, Altamira, 2012a.

BARBOSA, Andrea. Cidade, cinema e memória. o canibalismo em "São Paulo Sinfonia e Cacofonia". **Boletim**, São Paulo, 2014.

BARBOSA, Andrea. Pimentas nos olhos não é refresco: Fotografia, espaço e memória na experiência vivida por jovens de um bairro "periférico" de Guarulhos, São Paulo, **Cadernos de Arte e Antropologia**, Vol. 1, No 2, p. 103-110, 2012b.

BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. Escavar e recordar. In: **Imagens de pensamento. Sobre o haxixe e outras drogas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre a literatura e a história da cultura**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3º edição, 1987.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. In: **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 2º. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed. USP, p. 5-31, 1987.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

CHRISTÓVÃO, Nanci Tortoreto. Os 111 laudos necroscópicos do Massacre do Carandiru. In: **Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre**, org. Maíra Rocha Machado e Marta de Assis Machado, p. 135-157. São Paulo: Coleções FGV DIREITO SP, 2015.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A interpretação das culturas**, p. 3-21. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, Marco. Prefácio. In: **A experiência da imagem na etnografia**, org. Andrea Barbosa, Edgar Teodoro da Cunha, Rose Satiko Gitirana Hikiji e Sylvia Caiuby Novaes, p. 19-27. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACDOUGALL, David. Significado e ser. In: **Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos**. São Paulo: Papirus, p. 61-70, v. 1., 2009

MACHADO, Marta Rodrigues et al. Massacre do Carandiru + 23: Inação, descontinuidade e resistências. In: **Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre**, org. Maíra Rocha Machado e Marta de Assis Machado, p. 43-111. São Paulo: Coleções FGV DIREITO SP, 2015.

MBEMBE, Achille. A necropolítica. **Arte & Ensaios** | Revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32, 2016.

MORAES, Eliana Marta Barbosa de; CAVALCANTI, Lana de Souza. As cidades, os sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas. In: **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia: Vieira, p. 13-31, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

ODON, Tiago Ivo. Sociabilidade autoritária: Direito penal e imaginário social no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 48, n. 191, p. 325-344, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 6°. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ZANETTI, Valdir Zonta. Planos e Projetos: Reconstruir e Requalificar. In: **Planos e projetos ausentes: desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo**, p. 11-20, 2005. (Tese para obtenção de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Disponível

em

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-30012007-143941/pt-br.php>

>. Acesso em: janeiro 2022.